

PAISAGEM PROTEGIDA SERRA DO AÇOR

PLANO DE COGESTÃO

2023 – 2025



Comissão de Cogestão da PPSA

Arganil, maio de 2023

Índice

ÍNDICE	2
1. ENQUADRAMENTO	6
2. MODELO DE COGESTÃO DA PPSA	6
2.1 Cogestão de áreas protegidas	6
2.2 Plano de cogestão	7
2.3 Comissão de Cogestão	7
2.4 Conselho Estratégico	8
2.5 Missão, Visão e Valores	9
2.6 Compromissos Estratégicos	9
3. CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM PROTEGIDA DA SERRA DO AÇOR	11
3.1 Território, população e economia	13
3.1.1 Arganil	13
3.1.2 Ocupação do Solo	13
3.1.3 Clima	16
3.2 Valores naturais	16
3.2.1 Flora	16
3.2.2 Fauna	17
3.3 Estruturas	19
3.3.1 Estruturas de apoio à visitação	19

3.3.2 Outras infraestruturas	19
4. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO	20
4.1 Fatores críticos	22
4.2 O que se pretende mudar?	23
4.3 Estratégia, eixos e áreas-chave de intervenção	23
5. AUSCULTAÇÃO DE ATORES CHAVE	25
5.1. Procedimento	25
5.2. Resultado da Auscultação	26
6. PROGRAMA DE MEDIDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS	30
6.1. EIXO 1 – Informação e Comunicação	30
6.2. EIXO 2 – Educação Ambiental e Desenvolvimento sustentável	32
6.3. EIXO 3 – Valorização de Estruturas de Visitação Existentes	34
6.4. EIXO 4 – Estudos, Ações de Monitorização e Investigação Científica	36
7. INSTRUMENTOS E LINHAS DE FINANCIAMENTO	39
8. MONITORIZAÇÃO	40
9. CONSULTA PÚBLICA	42
10. PUBLICITAÇÃO E DIVULGAÇÃO	42
Anexo I - Descrição Ações Específicas (Fichas da ação)	
Anexo II - Lista de stakeholders	

Índice de Figuras

Figura 1 - Mapa com os limites da PPSA	11
Figura 2 - Paisagem Protegida da Serra do Açor, com a Mata da Margaraça em primeiro plano... 12	12
Figura 3 - Usos do Solo PPSA – Megaclasses (COS2018).....	14
Figura 4 - Usos do Solo da PPSA - Classes da COS 2018.....	15
Figura 5 - Fraga da Pena, na PPSA, onde se evidencia a riqueza florística.....	17
Figura 6 - Casa Grande, na Mata da Margaraça, onde se localiza o Centro de Interpretação	20
Figura 7 - Imagem Ilustrativa do Inquérito de Levantamento de Opinião sobre a PPSA.....	26

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Áreas-chave e eixos estratégicos do Plano de Cogestão da PPSA	9
Tabela 2 - Evolução da População Residente no Concelho de Abrangência da PPSA	13
Tabela 3 - População Residente nas Freguesias Pertencentes à PPSA	13
Tabela 4 - Uso Atual do Solo PPSA (Megaclasses COS 2018)	14
Tabela 5 - Uso Atual do Solo na PPSA - Classes da COS 2018	15
Tabela 6 - Ações e Indicadores de Referência PPSA	40

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Idade dos Inquiridos	266
Gráfico 2 - Habilitação Académica dos Inquiridos	277
Gráfico 3 - Local onde desenvolvem atividade os Inquiridos.....	277
Gráfico 4 - Conhecimento de espécies de fauna e flora	288
Gráfico 5 - Contributo de aspetos da PPSA	288
Gráfico 6 - Utilidade do Centro de Interpretação da Serra do Açor	29
Gráfico 7 - Atividades pretendidas pelos Inquiridos	29

Abreviaturas

AE Arganil - Agrupamento de Escolas de Arganil

AP- Área Protegida

APFCA- Associação de Produtores Florestais do Concelho de Arganil

CMA – Câmara Municipal de Arganil

ENCNB 2030 - Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030

ESAC – Escola Superior Agrária de Coimbra

FENCAÇA - Federação Portuguesa de Caça

ICNF, I. P.- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

JFB – Junta de Freguesia da Benfeita

ONGAs – Organizações Não-Governamentais de Ambiente

PPSA- Paisagem Protegida Serra do Açor

RJCNB- Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

UC – Universidade de Coimbra

UE – União Europeia

1. Enquadramento

O plano de cogestão é o instrumento primordial de gestão da área protegida que *“determina a estratégia a implementar com vista a valorizar e promover o território, sensibilizar as populações locais e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores, devendo integrar um programa de medidas e ações que concretizam essa estratégia”* (alínea a), n.º 1, art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto).

O Plano de Cogestão da Paisagem Protegida da Serra do Açor (PPSA) constitui o referencial estratégico da gestão da área protegida para o período 2023 – 2025 e visa criar uma dinâmica partilhada de valorização da área protegida, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural com incidência específica nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação.

É elaborado pela comissão de cogestão em observância com os preceitos legais e procedimentos aplicáveis, aplicando-se aos limites da PPSA e sempre que adequado, às zonas envolventes, circunscritas ao limite administrativo do município de Arganil, quando necessário à execução de medidas e ações previstas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, para a prossecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável naquela área protegida.

O Plano de Cogestão da Cogestão da PPSA para o triénio 2023 – 2025, que inclui os indicadores de realização estabelecidos no Anexo à Portaria n.º 67/2021, de 17 de março, esteve posteriormente em Consulta Pública, durante 20 dias úteis (de 3 a 30 de janeiro de 2023), tendo sido aprovada a versão final pela comissão de cogestão, em 28 de maio de 2023, após a ponderação da consulta pública.

Foi emitido parecer favorável pelo conselho estratégico a 24 de maio de 2023, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto.

Foi aprovado pela comissão de cogestão, a 20 de junho de 2023, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto.

2. Modelo de Cogestão da PPSA

2.1 Cogestão de áreas protegidas

A cogestão das áreas protegidas foi instituída pelo Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, aplica-se às áreas protegidas de âmbito nacional que constituem a Rede Nacional de Áreas Protegidas, está ancorada na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030), e concretiza a transferência de competências para as autarquias locais, regulada na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

A cogestão prossegue uma gestão de proximidade assente num modelo participativo e colaborativo, que perspetiva o reforço da atratividade e do desenvolvimento económico e social dos territórios que integram as áreas protegidas.

Neste modelo de gestão participam diversos atores, públicos e privados, envolvidos na comissão de cogestão e no conselho estratégico.

A comissão de cogestão assume as funções de órgão de administração e gestão, perante o Estado e a comunidade, com a missão de criar uma dinâmica partilhada de valorização da área protegida, que aproxime os cidadãos e as instituições relevantes, recorrendo a procedimentos participativos e concertados para um melhor desempenho na salvaguarda dos valores naturais e na resposta às solicitações da sociedade.

A atuação da comissão de cogestão incide especificamente nos domínios da **promoção, sensibilização e comunicação**, está balizada nos princípios e nas normas legais e regulamentares aplicáveis às áreas protegidas, em especial as previstas no Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (RJCNB) e na ENCNB 2030, e não inclui a prática de atos reservados por lei ou regulamento à autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade, nomeadamente a prática de atos permissivos relativos a atividades condicionadas na área protegida.

A adoção do modelo de cogestão na PPSA foi requerida pelo Município de Arganil, em 19 de fevereiro de 2020, por solicitação ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.), feita nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, com designação do Presidente da Câmara Municipal de Arganil para presidir à comissão de cogestão.

O conselho estratégico é um órgão de natureza consultiva previsto no RJCNB e na estrutura orgânica da autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade.

No âmbito específico da cogestão da área protegida, ao conselho estratégico estão atribuídas competências de apreciação e pronúncia aos instrumentos de gestão, bem como de apoio à comissão de cogestão na execução dos mesmos.

2.2 Plano de cogestão

O Plano de Cogestão da PPSA é o instrumento de gestão que consagra a visão e a estratégia para prosseguir a valorização e a promoção do território, a sensibilização da comunidade e dos atores locais, e a melhoria da comunicação com interlocutores e utilizadores, consubstanciando um compromisso entre as entidades que integram a comissão de cogestão, ampliado por parcerias com outras entidades que atuam no território.

Este plano, concertado entre parceiros e mobilizador de sinergias, está suportado numa visão partilhada que assenta num diagnóstico prospetivo da área protegida, e materializa projetos e ações consideradas prioritárias para a valorização da PPSA, com indicação das respetivas fontes de financiamento e parceiros executores.

O Plano de Cogestão da PPSA para 2023 – 2025, que inclui os indicadores de realização estabelecidos no Anexo à Portaria n.º 67/2021, de 17 de março, e outros adicionais, foi objeto de consulta pública entre de 3 e 30 de janeiro de 2023.

2.3 Comissão de Cogestão

O conselho estratégico da PPSA, reunido em 22 de março de 2021, emitiu parecer prévio favorável à integração na comissão de cogestão das entidades propostas pelo Município de Arganil.

A comissão de cogestão da PPSA foi designada no Despacho n.º 4431/2021, de 30 de abril, do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 84, de 30 de abril de 2021, e integra:

- ✓ O Presidente da Câmara Municipal de Arganil, que preside;
- ✓ O Diretor Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Centro, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo chefe de divisão de Cogestão de Áreas Protegidas do Centro;
- ✓ O representante da Escola Superior Agrária de Coimbra;
- ✓ O representante de organizações não-governamentais de ambiente e equiparadas designado pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente;
- ✓ O representante da Junta de Freguesia da Benfeita;
- ✓ O representante da Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Arganil;
- ✓ O representante da Universidade de Coimbra;

8

A comissão de cogestão da PPSA foi designada para um mandato de 4 anos.

2.4 Conselho Estratégico

O conselho estratégico da PPSA integra representantes de diversas entidades, conforme estabelecido no n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 78/2015, de 13 de maio, Despacho n.º 6084/2015, de 4 de junho, do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, designadamente: do ICNF, I. P.; da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro; Agência Portuguesa do Ambiente; da Câmara Municipal de Arganil; da Junta de Freguesia da Benfeita; da União das Freguesias de Cerdeira e Mouta da Serra; da Universidade de Coimbra; da Escola Superior Agrária de Coimbra; da Associação dos Amigos da Serra do Açor, das Associações de Produtores Florestais; das Organizações do Sector da Caça; da Entidade Regional de Turismo do Centro; dos Operadores de Turismo de Natureza; das Associações de Desenvolvimento local/regional; das Organizações Não Governamentais de Ambiente, de âmbito regional ou de âmbito nacional com intervenção na área da PPSA; e até três individualidades de reconhecido mérito, prestígio académico ou profissional.

No âmbito estrito da cogestão, são competências do conselho estratégico:

- Apreciar e emitir parecer sobre os instrumentos de gestão ou outros assuntos submetidos pela comissão de cogestão;
- Apoiar a comissão de cogestão na identificação dos instrumentos e linhas de financiamento de apoio à execução do plano de cogestão;
- Apoiar a execução de medidas e ações do plano de cogestão;
- Propor soluções e elaborar recomendações à comissão de cogestão.

2.5 Missão, Visão e Valores

A Missão, Visão e Valores definidos para a implementação do modelo de cogestão na PPSA são os seguintes:

Missão: Criar, desenvolver e consolidar um modelo de gestão participativo, colaborativo e articulado na Paisagem Protegida da Serra do Açor, valorizando esta área protegida e melhorando a eficiência das interações entre os parceiros.

Visão: Pretende implementar o Plano de Cogestão definido para a Paisagem Protegida da Serra do Açor, entre 2023 e 2025, e afirmar-se como uma referência de gestão colaborativa e participativa de maior proximidade, inovando nas boas práticas de gestão e reconhecendo as Áreas Protegidas como áreas de demonstração em que é possível fazer diferente, trabalhando em rede e envolvendo as populações e os atores chave, na promoção da defesa do capital natural português.

Valores: cooperação, partilha, compromisso, transparência, comunicação.

9

2.6 Compromissos Estratégicos

Com base na identificação de diferentes áreas-chave como a informação e comunicação, a educação ambiental e desenvolvimento sustentável, a valorização de estruturas de visita existentes, e a realização de estudos, ações de monitorização e investigação científica da área protegida, foram definidos quatro eixos estratégicos de atuação, a seguir indicados:

Tabela 1 - Eixos estratégicos do Plano de Cogestão da PPSA para 2023-2025

Eixos Estratégicos
Eixo 1: Informação e Comunicação
Eixo 2: Educação Ambiental e Desenvolvimento sustentável
Eixo 3: Valorização de Estruturas de Visita Existentes na PPSA
Eixo 4: Estudos, Ações de Monitorização e Investigação Científica

Esta comissão de cogestão considerou igualmente relevante para a implementação do modelo de cogestão, embora fora do âmbito estrito deste, dar a conhecer e acompanhar as medidas e ações de conservação, gestão e monitorização do património natural existente na área protegida, desenvolvidos com a participação das entidades que compõem a comissão de cogestão da área protegida.

Sistematizam-se a seguir os compromissos estratégicos entre as entidades integrantes da comissão de cogestão da PPSA, tendo como objetivos principais a **valorização**, a **promoção** e **comunicação** da área protegida traduzidos em quatro compromissos estratégicos considerados prioritários para o seu desenvolvimento sustentável:

Compromisso estratégico I

Promover a informação, comunicação e dinamização do modelo de cogestão

Desenvolvimento de ações específicas, que visem a dinamização do modelo de cogestão, como a criação de um portal eletrónico informativo, a realização de workshops de diagnóstico sobre a área protegida, sessões de esclarecimento públicas, seminários e congressos. Assume-se o compromisso de elaboração de um plano de sensibilização e comunicação, sobre o capital natural existente na PPSA através do desenvolvimento de medidas de informação e sensibilização, sobre os recursos naturais existentes e sobre boas práticas de usufruição do território, incluindo sinalética, guias interpretativos, vídeos promocionais e exposições temáticas dos valores naturais. Implementando estratégias de divulgação e de sensibilização para os valores em presença e para a conservação da natureza junto de toda a população, residente e visitante, assim como dos vários grupos económicos, associativos, ou outros, que desenvolvem as suas atividades nesta área.

10

Compromisso estratégico II

Promover a Educação Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável

Acompanhando o dinamismo da evolução de conceitos a nível mundial, a Educação Ambiental (EA) é atualmente entendida no contexto mais amplo do desenvolvimento da cidadania informada e ativa, que garanta o envolvimento e o compromisso de cada um individualmente e das organizações para um futuro sustentável. A EA é assim fundamental para formar indivíduos atentos e preocupados com os problemas ambientais e que busquem a conservação e preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade.

Compromisso estratégico III

Promover a valorização de estruturas de visitação existentes

Valorização e constituição de rotas e percursos procurados pelo público em geral. Fomento da salvaguarda e promoção dos valores ambientais e paisagísticos, para valorizar a fruição pública e em segurança, ao dinamizar atividades que robustecem a economia, como o turismo de Natureza (de forma regrada e sustentável) e também a requalificação e o reordenamento dos espaços de apoio a essas atividades, qualificando e reforçando as infraestruturas e equipamentos, que se encontram devolutas.

Compromisso estratégico IV

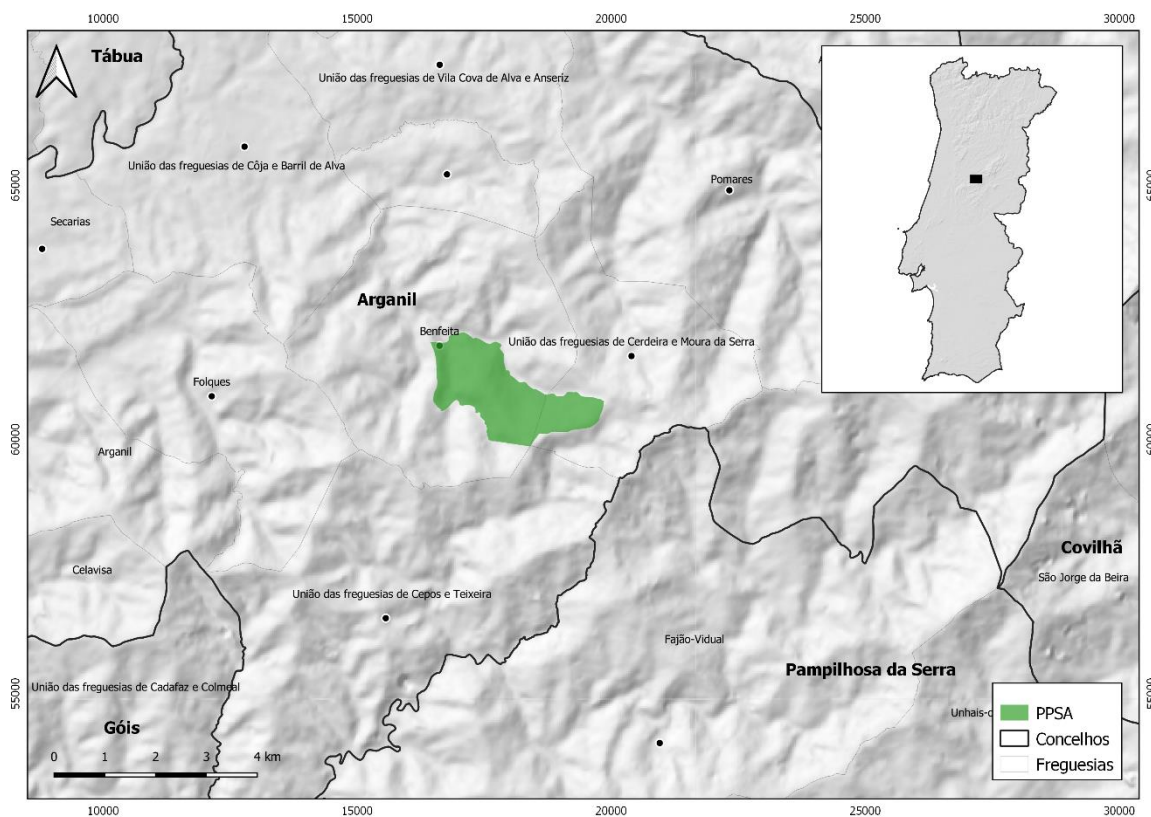
Promover Estudos, Ações de Monitorização e Investigação Científica

Promoção da investigação científica e do conhecimento dos ecossistemas e dos principais fatores de ameaça, bem como monitorização dos habitats e espécies, contribuindo, desta forma, para uma gestão adaptativa fortemente baseada no conhecimento técnico e científico.

Atualização de informação e colmatação das lacunas relevantes de conhecimento do património natural (espécies, cartografia de habitats e ecossistemas e seus serviços), a respetiva integração em sistemas de informação e de monitorização, como suportes essenciais para garantir a eficácia e eficiência das medidas de proteção e gestão em vigor, para definir medidas e instrumentos adicionais a adotar na PPSA, garantindo a sua sustentabilidade.

3. Caracterização da Paisagem Protegida da Serra do Açor

A PPSA situa-se na Região Centro, em Portugal Continental. Pertence à NUT III, Região de Coimbra, cobrindo uma superfície de 382 ha em território pertencente ao distrito de Coimbra, no concelho de Arganil e entre as freguesias de Benfeita e Cerdeira e Moura da Serra.



11

Figura 1 - Mapa com os limites da PPSA (Fonte: ICNF)

A aldeia de Pardieiros é o único aglomerado urbano totalmente inserido na PPSA, pertencendo este à freguesia de Benfeita, estando localizada entre a Fraga da Pena e a Mata da Margaraça. Existem, no entanto, algumas aldeias na periferia da PPSA, nomeadamente: Enxudro, Sardal, Pai das Donas, Luadas, Relva Velha, Parrozelos, Monte Frio e Moura da Serra, todas elas pertencentes ao concelho de Arganil.

A PPSA foi criada em 1982, através do Decreto-Lei n.º 67/82, de 3 de março, e teve como principal objetivo a proteção dos valores culturais, naturais e recreativos aí presentes.

A sua criação, resultado de um longo processo, teve como objetivo principal a preservação da Mata da Margaraça, uma floresta de vegetação primitiva que cresce nas encostas xistosas, com a presença de inúmeras espécies e habitats com elevado interesse de conservação, e que pelas suas características, pela sua raridade e /ou valor científico, pelos seus habitats, nos permitem ter um conhecimento mais alargado da evolução da floresta portuguesa e dos processos ecológicos.

A serra do Açor é dominada por xistos, com dobras e fraturas que originam um tipo de relevo característico, com grandes quedas de nível, linhas de água encaixadas e onde se encontram acidentes geológicos, como a Fraga da Pena



12

Figura 2 - Paisagem Protegida da Serra do Açor, com a Mata da Margaraça em primeiro plano

A Fraga da Pena, um curioso acidente geológico esconde uma cascata ladeada de frondosa vegetação, cenário que não deixa de surpreender na serra do Açor. Localiza-se num pequeno desvio da estrada que liga Benfeita a Pardieiros. Existem diversas quedas de água, constituindo um local de grande importância paisagística.

As margens da linha de água conservam ainda alguns exemplares antigos de carvalho-alvarinho (*Quercus robur*), azereiro (*Prunus lusitanica ssp lusitanica*), azevinho (*Ilex aquifolium*), castanheiro (*Castanea sativa*), adernos (*Phillyrea latifolia*), entre outras.

Localizada mais próximo da povoação de Pardieiros, encontra-se a Mata da Margaraça, que ocupa cerca de 68 ha numa vertente de exposição N-NW, entre os 600-850m de altitude. Esta mata constitui uma das raras amostras de vegetação natural das encostas xistosas do centro de Portugal, tal como existia há séculos atrás.

Trata-se de uma floresta dominada por castanheiro (*Castanea sativa*) e carvalho-alvarinho (*Quercus robur*), que coexistem com outras espécies igualmente relevantes. Esta mata permite o crescimento de comunidades muito diversificadas, nomeadamente de fungos, briófitos e animais que encontram aqui o seu habitat preferencial.

Em 2007, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2007, foi aprovado o Plano de Ordenamento da Área de PPSA.

3.1 Território, população e economia

3.1.1 Arganil

Situada na região da Beira Litoral, Arganil tem vindo a diminuir a sua população, à semelhança de toda a zona envolvente. De acordo com os últimos Censos realizados em 2021, a densidade populacional no concelho inserido na PPSA é de 33,25 habitantes/km². O concelho de Arganil possui baixa densidade populacional e tem vindo a perder população ao longo dos últimos 40 anos (tabela 2).

Tabela 2 - Evolução da População Residente no Concelho de Abrangência da PPSA

Concelho	1981	1991	2001	2011	2021	Diferencial 1981-2021
Arganil	15.507	13.926	13.623	12.145	11.067	↓ 4.440
Em percentagem		-10,2	-2,2	-10,8	-8,9	-28,6

A população residente nas freguesias pertencentes à PPSA (Benfeita e União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra) representa 7,11% da totalidade de habitantes do concelho (tabela 3).

Tabela 3 - População Residente nas Freguesias Pertencentes à PPSA

Concelho	Nº de habitantes 2021	Freguesia	População em 2021	% em relação à População do Concelho
Arganil	11 068	Benfeita	415	3,75
		Cerdeira e Moura da Serra	372	3,36
TOTAL			787	7,11

O abandono da agricultura e as transformações ao nível do uso do solo, aliados a uma elevada migração da população mais jovem para as grandes cidades, leva a que a população que permanece no território esteja já envelhecida, estando este muito dependente do turismo de natureza, realizado de forma responsável e evitando assim prejudicar a paisagem (in: Plano de Ordenamento da PPSA aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 183/2008 de 24 de novembro).

3.1.2 Ocupação do Solo

O conhecimento do uso atual do solo é de capital importância para o desenvolvimento de estratégias de valorização do território.

A Carta de Ocupação do Solo (COS) é, assim, um instrumento valioso para caracterizar corretamente os usos existentes no território da PPSA.

Segundo os dados da COS de 2018, e que se encontram sintetizados através das megaclasses (menos detalhado) na tabela 4, esta área protegida é predominantemente florestal, representando esta classe 81% da área total, seguida de áreas de matos (14%), de agricultura (4%) e territórios



artificializados, estes últimos com fraca representatividade com apenas 1% e que se refere à localidade de Pardieiros.

Tabela 4 - Uso Atual do Solo na PPSA (Megaclasses COS 2018)

Megaclasses	Área (ha)	Área (%)
Territórios artificializados	3,7	1%
Agricultura	14,9	4%
Florestas	302,5	81%
Matos	52,2	14%
Total	373,4,4	

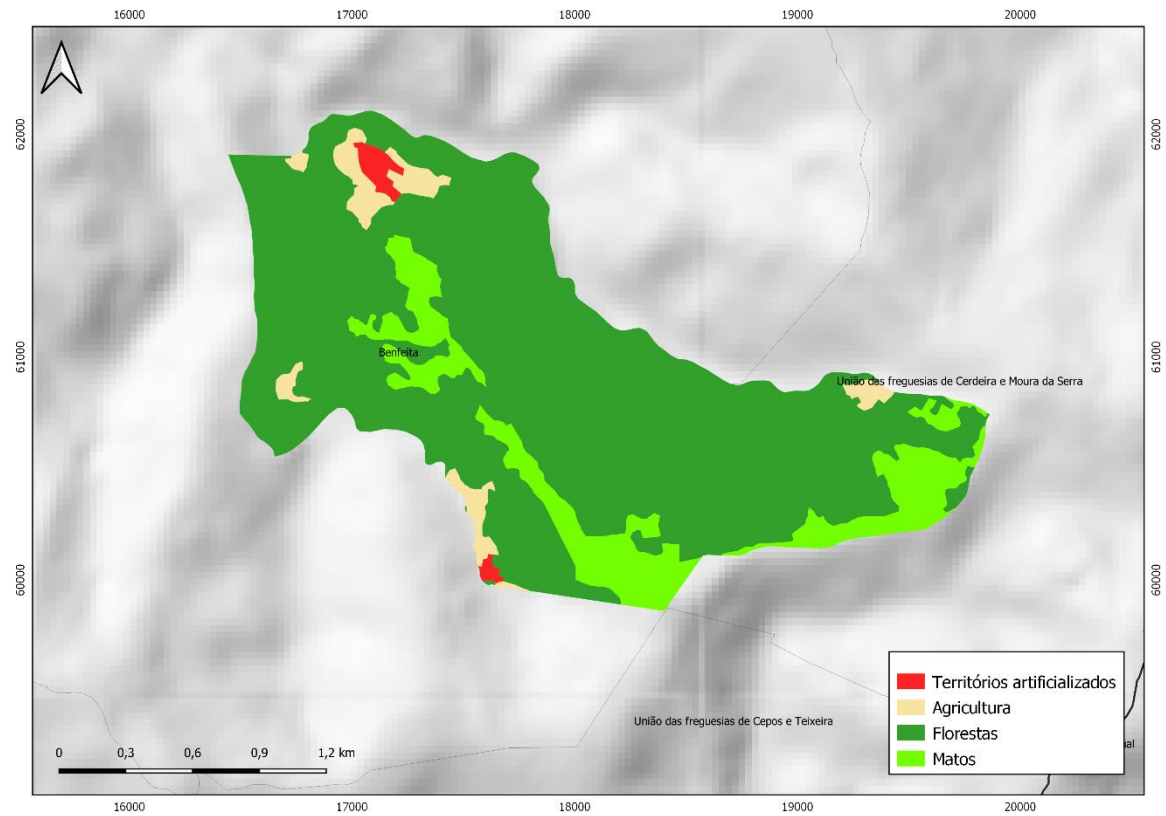


Figura 3 - Usos do Solo PPSA – Megaclasses (COS2018)

A COS permite desagregar os grandes usos do território descritos em classes de maior pormenor, onde é possível identificar de que forma cada uma das principais classes de uso do solo está implementada no território da PPSA, conforme consta na tabela 5.



Esta desagregação permite perceber, por exemplo, quais as espécies florestais com maior área ocupada na área protegida, permitindo distinguir as culturas agrícolas entre outras ocupações existentes.

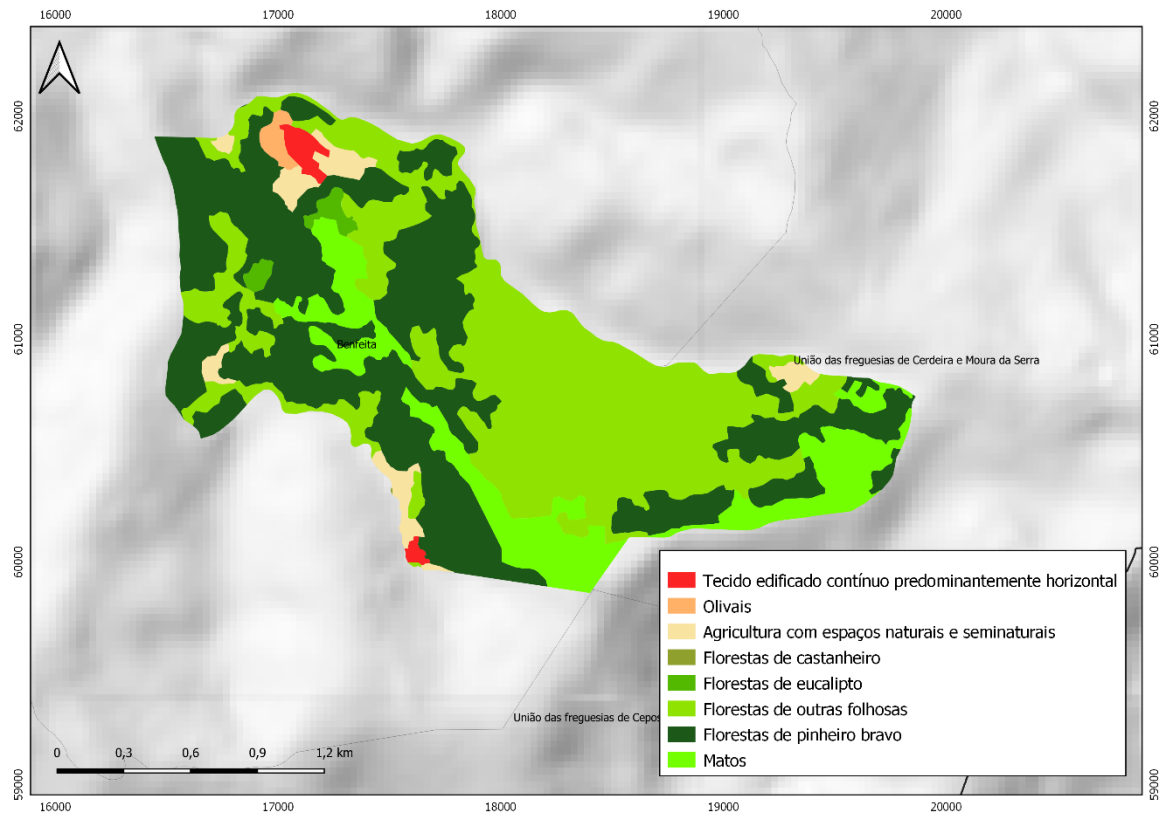


Figura 4 - Usos do Solo da PPSA - Classes da COS 2018

Tabela 5 - Uso Atual do Solo na PPSA - Classes da COS 2018

Megaclasses	Área (ha)	Área (%)
Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal	3,67	1
Olivais	2,36	1
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	12,28	3
Florestas de castanheiro	0,02	0
Florestas de eucalipto	3,53	1
Florestas de outras folhosas	146,66	39
Florestas de pinheiro bravo	152,65	41
Matos	52,21	14
Total	373,4	

Da análise mais pormenorizada à tabela 5, destaca-se a elevada representatividade das áreas de Florestas de pinheiro bravo e Florestas de outras folhosas, representando 80% da área da PPSA.

Os matos possuem uma expressão de cerca de 14% da área da PPSA, demonstrando a sua importância na ocupação do território, sendo Agricultura com espaços naturais e seminaturais, os olivais, o tecido edificado contínuo predominantemente horizontal, as florestas de castanheiro e as florestas de eucaliptos os menos representados, com valores entre os 1% e os 3%.

3.1.3 Clima

16

A baixa espessura dos solos na maior parte da serra do Açor, associada a grandes declives, resulta em cursos de água frequentes, mas de regime torrencial, caracterizados por um caudal elevado e períodos de estiagem prolongados nos meses mais quentes.

A sua localização geográfica torna a serra do Açor um espaço de transição entre áreas de clima mediterrânico e zonas de marcada influência atlântica. Com efeito, a serra situa-se numa área de clima pré-atlântico, sub-húmido, sofrendo influência atlântica nas vertentes expostas a NW, como acontece na Mata da Margaraça, e influência mediterrânica nos vales abrigados e nas encostas viradas a SE.

No que diz respeito às temperaturas, estas apresentam médias que variam entre os 6,9°C no Inverno e os 21,4°C, durante o Verão.

A distribuição da precipitação na serra do Açor permite uma divisão clara em dois períodos, um chuvoso que decorre entre os meses de outubro a maio, caracterizado em média pela existência de 10 a 14 dias de chuva por mês, e outro seco, incidindo nos meses de junho a setembro, caracterizado, em média, por 2 a 7 dias de precipitação, segundo o Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Arganil.

3.2 Valores naturais

A PPSA apresenta valores naturais de elevado interesse conservacionista, pelas suas características geomorfológicas, riqueza florística e faunística e pela sua elevada diversidade ambiental.

3.2.1 Flora

Do conjunto de biótopos destacam-se os carvalhais, os bosques de espécies da laurissilva como o loureiro (*Laurus nobilis*) e o azereiro (*Prunus lusitanica* subsp. *lusitanica*), o medronheiro (*Arbutus unedo*), as galerias ribeirinhas e os bosques de azevinho (*Ilex aquifolium*). Todavia, podem ser observadas também as comunidades que se desenvolvem sobre substratos rochosos, urzais, giestais, soutos, povoamentos de sobreiro e pinhais. Até agora, ao nível da vegetação, estão referenciadas para a PPSA 336 diferentes espécies.



Figura 5 - Fraga da Pena, na PPSA, onde se evidencia a riqueza florística

A PPSA é uma relíquia da floresta primitiva com pouca intervenção, típica das encostas xistosas do centro do país, sendo de assinalar a presença de um elevado número de espécies, a maior parte autóctone, bem como de biótopos com interesse científico e para a conservação da natureza (e.g. Fraga da Pena – fig.5).

Dominam o estrato arbóreo o carvalho-roble ou alvarinho (*Quercus robur*), e o castanheiro (*Castanea sativa*), existindo alguns exemplares muito antigos destes últimos. Embora menos abundantes encontram-se ainda outros exemplares de folha caduca, tais como aveleiras (*Corylus avellana*), ulmeiros (*Ulmus minor*), cerejeiras (*Prunus avium*) e nogueiras (*Juglans regia*).

Esta mata caracteriza-se pela presença de elementos de cariz mediterrânico, caso do medronheiro (*Arbutus unedo*), do folhado (*Viburnum tinus*) e do loureiro (*Laurus nobilis*). A sua flora é muito interessante, encontrando-se aqui o maior número de exemplares de azereiro (*Prunus lusitanica* subsp. *lusitanica*) de toda a sua área de distribuição, sendo a população da Mata da Margaraça a maior atualmente existente.

3.2.2 Fauna

Os biótopos que constituem esta área protegida possibilitam a existência de uma fauna bastante diversificada e a ocorrência de alguns endemismos ibéricos que incrementam o seu valor ecológico e natural. De entre os biótopos mais relevantes para a fauna destacam-se as florestas de folhosas, incluindo as galerias ripícolas, os matos e as áreas agrícolas e de olival.

Estão inventariadas no total 423 espécies de invertebrados e 117 de vertebrados, destacando-se quatro espécies de invertebrados que se encontram protegidas por documentos estruturantes da

política de conservação da natureza, a nível internacional como a vaca-loura (*Lucanus cervus*), a Fritilária-dos-lameiros (*Euphydryas aurinia*) e a Calimórfa-de-Quatro-Pintas (*Euplagia quadripunctaria*).

Destaque também para a existência de 3 endemismos ibéricos, designadamente a salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*) com o estatuto de Vulnerável, no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, o tritão-de-ventre-laranja (*Triturus boscai*) e a rã-ibérica (*Rana ibérica*), espécies estas que estão incluídas na Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), com estatuto de Quase Ameaçadas.

Estão também inventariadas 11 espécies de répteis na PPSA, todas elas protegidas pela Convenção de Berna, com destaque para o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*), também incluído na Lista Vermelha da UICN e a víbora-cornuda (*Vipera latastei*), incluída no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal.

A diversidade de biótopos permite também a presença de um grande número de aves. Destacam-se, neste grupo, o tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*), que se encontra no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal com o estatuto de “Em Perigo”, e o açor (*Accipiter gentilis*), juntamente com a coruja-do-nabal (*Asio flammeus*) e a felosa-das-figueiras (*Sylvia borin*), que são apresentados, pelo mesmo documento como “Vulneráveis”.

É ainda mencionado um endemismo ibérico, a felosinha-ibérica (*Phylloscopus ibericus*).

Aqui, habitam também espécies como a coruja-do-mato (*Strix aluco*), o chasco-preto (*Oenanthe leucura*), o búteo ou águia-de-asa-redonda (*Buteo buteo*) e o pombo-toraz (*Columba palumbus*), algumas incluídas no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal.

A existência de plantas que produzem sementes e frutos comestíveis possibilita alimento a vários mamíferos, como o javali (*Sus scrofa*), apesar da presença desta espécie ter alguns efeitos indesejáveis na PPSA.

Incluídas no Anexo III da Convenção de Berna, existem nove espécies, sendo elas o ouriço-cacheiro (*Erinaceus europeus*), o musaranho-de-dentes-brancos (*Crocidura russula*), a lebre (*Lepus granatensis*), o esquilo-vermelho (*Sciurus vulgaris*), a doninha (*Mustela nivalis*), a fuinha (*Martes foina*), o texugo (*Meles meles*), a geneta (*Genetta genetta*) e o sacarrabos (*Herpestes ichneumon*).

Destacam-se também, os morcegos, por se encontrarem quase todos abrangidos por diversos estatutos de proteção, o que os torna particularmente interessantes do ponto de vista da conservação, designadamente o morcego-de-bechstein (*Myotis bechsteinii*), considerado como “Em Perigo” no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal e como “Vulnerável” na Lista Vermelha da UICN.

Refere-se também a existência de três endemismos ibéricos, nomeadamente o musaranho-de-dentes-vermelhos (*Sorex granarius*), a toupeira (*Talpa occidentalis*) e o rato-cego (*Microtus lusitanicus*).

3.3 Estruturas

3.3.1 Estruturas de apoio à visitação

O Centro de Interpretação, instalado na Casa Grande, e a Casa da Eira constituem infraestruturas existentes na PPSA, que servem também de apoio ao visitante.

A Casa Grande, situada na Mata da Margaraça, junto à estrada que liga Pardieiros a Monte Frio, caracteriza-se por um centro de interpretação, aberto de segunda a sexta, onde se pode encontrar informação diversa sobre a área protegida e região envolvente, para qualquer visitante que pretenda explorar este território. Esta informação assenta essencialmente em temáticas ligadas aos valores naturais da região.

Possui também uma sala de apoio que permite receber grupos de visitantes para a realização de palestras, reuniões ou ações de educação ambiental.

A Casa da Eira é um edifício que outrora serviu como um pequeno núcleo museológico e hoje em dia funciona como pequeno armazém.

O Trilho, com cerca de 1 km, que liga a Casa Grande e a Casa da Eira, possibilita aos visitantes um contacto direto com a Mata e a observação dos valores naturais existentes, com o apoio de placards informativos sobre fauna e flora.

3.3.2 Outras infraestruturas

Para além das referidas estruturas de apoio à visitação existem outras edificações e equipamentos inseridos na área da PPSA, associados quer à sua gestão, quer ao recreio e turismo da região.

São estes:

- Fornos de refugos;
- Moinhos junto à ribeira da Mata (Azenha);
- Zona de lazer na Fraga da Pena;
- Alojamentos rurais em Pardieiros;
- Igreja de Pardieiros;
- A Garagem da Casa Grande, edificação localizada próximo do Centro de Interpretação;
- Casa das Lamaceiras e Casa dos Caseiros.



Figura 6 - Casa Grande, na Mata da Margaraça, onde se localiza o Centro de Interpretação

4. Diagnóstico prospetivo

Conforme referido no Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, que define o modelo de cogestão das áreas protegidas, estes espaços são alvo de uma procura crescente por diferentes grupos de interesse, designadamente pelas pessoas que pretendem uma experiência autêntica de contacto com a natureza.

Assim, natureza é neste quadro, o elemento agregador que norteia a cogestão das áreas protegidas. Neste contexto, a realização de uma análise que pudesse clarificar e caracterizar as áreas chave para intervenção na PPSA, tornou-se imprescindível, tendo-se realizado uma análise SWOT, complementada com inquéritos de opinião com o objetivo de definir a estratégia de atuação e cujos resultados são aqui apresentados.

Tabela 6 – Matriz SWOT da PPSA

Pontos Fortes
▪ Rede Natura 2000 - Zona Especial de Conservação Complexo do Açor
▪ Habitats e espécies prioritárias para a conservação da natureza
▪ Elevada biodiversidade
▪ Mata da Margaraça
▪ Fraga da Pena
▪ Elevado potencial para o desenvolvimento de projetos de investigação científica, nas áreas de conservação da natureza
▪ Centro Interpretativo com painéis explicativos e interativos
▪ Facilidade de combinação do valor natural, da vivência quotidiana e da qualidade de vida de quem visita e de quem recebe
▪ Percursos Pedestres com elevado interesse paisagístico
▪ Pouca pressão turística
▪ Localização ideal para quem quer estar longe de cidades

Pontos Fracos	
×	Infraestruturas afetas à visitação antiquadas
×	Pouca divulgação sobre trabalhos científicos
×	Poucas atividades de educação ambiental
×	Reduzida dimensão da PPSA
×	Pouca oferta de transportes públicos
×	Dificuldade de comunicação e marcação de visitas
×	Encerramento do Centro de Interpretação ao Fim de Semana
×	Desconexão das entidades gestoras da PPSA com aldeias próximas
×	Burocracia para realização de atividades na PPSA
×	Carência de infraestruturas de alojamento, restauração e turismo

Ameaças	
▪	Incêndios Florestais
▪	Espécies Invasoras
▪	Pragas e Doenças Florestais
▪	Poluição do Solo e Água
▪	Presença de caçadores no interior da PPSA, que está interdita à atividade cinegética
▪	Pressão do turismo em certos pontos de interesse
▪	Carência de infraestruturas e equipamentos de apoio aos turistas
▪	Despovoamento do território
▪	Distância, tempo e custo de viagem

Oportunidades	
▪	Consciencialização da população para os problemas que afetam a PPSA
▪	Recursos financeiros para áreas afetadas pelos incêndios de 2017
▪	Elevada procura para turismo de natureza, elementos culturais e tradicionais
▪	Aposta crescente na conservação dos recursos naturais
▪	Identificação mais expressiva dos pontos turísticos
▪	Existência de um Clube de Ciência Viva do AE Arganil associado à valorização da PPSA
▪	Valorização dos acordos de geminação, criando segregações positivas

4.1 Fatores críticos

A Serra do Açor possui um histórico caracterizado por incêndios devastadores e apresenta, ainda hoje, uma enorme suscetibilidade à sua ocorrência. Os incêndios florestais constituem uma das maiores ameaças para a conservação dos valores naturais da PPSA, dos quais resultam efeitos diretos e indiretos para os ecossistemas.

Também o relevo acidentado, caracterizado por montes elevados e vertentes de declive acentuado, intercalados por vales de fundo chato ou em “v”, propicia a rápida propagação dos fogos e por conseguinte, dos processos erosivos.

As espécies invasoras constituem em qualquer situação, com maior ou menor gravidade, uma ameaça às comunidades naturais, das quais resultam impactes negativos para a conservação da biodiversidade. Estas espécies, com a sua capacidade de adaptação ao meio e a sua facilidade de dispersão, rapidamente colonizam novos espaços e, na maioria dos casos, impedem a regeneração da vegetação nativa, criando manchas monoespecíficas.

A acácia ou mimosa (*Acacia dealbata*) é a espécie invasora que constitui a maior ameaça para a AP, principalmente na fase pós incêndio, mas outras espécies estão também presentes como a austrália (*Acacia melanoxylon*), a tintureira (*Phytolacca americana*), a erva-da-fortuna (*Tradescantia fluminensis*), entre outras. De referir o eucalipto (*Eucalyptus globulus*), espécie exótica plantada na PPSA e sua envolvente e que após o incêndio de 2017 revelou comportamento invasor em vários locais da PPSA.

As ameaças fitossanitárias, mediante a origem, a intensidade, o grau de dispersão e a dificuldade no seu combate podem, em situações extremas, originar o desaparecimento total ou quase total da população de uma determinada espécie ou mesmo de várias espécies de plantas. A vespa-da-galha-do-castanheiro (*Dryocosmus kuriphilus*) é um exemplo disso, estando presente em quase todas as manchas de castanheiro presentes na PPSA, resultado da fragilidade de muitos dos exemplares, que apresentam ainda marcas da passagem do fogo.

A poluição dos solos e da água na PPSA resultante principalmente dos efluentes líquidos produzidos nos aglomerados urbanos existentes nas proximidades da área protegida, embora que reduzida pode apresentar um potencial desequilíbrio.

A reduzida dimensão da PPSA constitui também uma pressão à conservação da natureza e manutenção da biodiversidade. Os ecossistemas mais importantes nesta área caracterizam-se pela sua pequena dimensão que, normalmente, se associa a um efeito de orla muito acentuado. O efeito de orla traduz-se nas perturbações resultantes do contacto com sistemas ecológicos degradados e espécies invasoras, e o desaparecimento das condições necessárias para as espécies mais exigentes.

A pressão do turismo em determinados pontos de interesse como a Fraga da Pena e a Mata da Margaraça constitui também um fator de perturbação do equilíbrio dos ecossistemas. Assim é fundamental melhorar o ordenamento da visita, e sensibilizar mais os visitantes para a importância da preservação dos valores naturais da área protegida, e a sua importância para o desenvolvimento sustentável do território.

A existência de múltiplas infraestruturas que outrora serviram de apoio à agricultura estão hoje em dia em ruínas ou em elevado estado de degradação, carecendo de uma intervenção mais direcionada.

A diminuição evidente da população nas últimas décadas, em qualquer um dos aglomerados urbanos no interior e em redor da PPSA, implicou o abandono quase total das atividades económicas do sector primário existentes na área protegida, designadamente da silvicultura e da agricultura de pequena dimensão.

4.2 O que se pretende mudar?

A aprovação do Plano de Ordenamento da PPSA pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2008, de 24 de novembro, permitiu a regulamentação de usos e de atividades, contribuindo para o adequado ordenamento e gestão do território.

23

Constata-se pois a necessidade dar continuidade às ações de gestão no terreno, dirigidas à manutenção e à recuperação do património natural e cultural da PPSA.

Importa também fomentar a interação com as populações residentes e envolventes à PPSA, para fortalecer a sua identificação com a área protegida.

É fundamental a existência de uma imagem atrativa e facilmente identificável, bem como de materiais de divulgação dos valores naturais, patrimoniais e culturais desta área protegida e do território onde esta se insere.

É crucial também reforçar e melhorar as infraestruturas de visitação e acolhimento para desenvolvimento de novos programas e atividades que promovam a educação ambiental, reforçando assim a interatividade com a comunidade escolar.

Por outro lado, é muito importante o envolvimento da comunidade académica, tendo em vista a utilização da área protegida como “laboratório vivo”, e a sua inclusão em novos estudos e/ou monitorização do património natural.

Considera-se igualmente essencial o reforço da sinalética, sobretudo nos locais de maior sensibilidade, para limitação da circulação nos troços onde ocorrem espécies ameaçadas. É igualmente necessário a colocação de infraestruturas e de sinalética informativa, com referência aos locais de interesse da PPSA, estabelecendo “*portas de entrada*”, que direcionem melhor a visitação para locais específicos e limitem a perturbação dos valores naturais em áreas mais sensíveis.

4.3 Estratégia, eixos e áreas-chave de intervenção

Não obstante o identificado nos capítulos anteriores (fatores críticos e fatores que se pretendem mudar), considerou-se que, estando a ser elaborado um Plano de Cogestão da PPSA para 2023 – 2024, seria fundamental saber como se posiciona a PPSA estrategicamente.

Assim, a posição estratégica da PPSA passa pela interpretação da matriz swot (tabela 6), e que consiste numa análise de cenário, que traça, de um modo simples, a realidade existente neste local.

Tratando-se de um diagnóstico sobre esta área, esta análise de cenário constitui um passo importante para a posterior formulação estratégica, que se pretende concretizar com o Plano de Cogestão da PPSA para 2023 – 2025 e com cuja implementação se pretende alavancar a mudança necessária para este território.

Sendo as forças e as fraquezas identificadas nesta matriz, decorrentes de fatores internos, mas também externos à própria área protegida, será fundamental que nas opções futuras para a sua gestão seja potenciado o que possui de positivo e que sejam mitigados os pontos fracos sinalizados.

Já as oportunidades e as ameaças identificadas constituem antecipações do futuro e estão relacionadas com fatores externos, que permitem a identificação de aspetos que podem constituir constrangimentos (as ameaças) à implementação de determinadas estratégias definidas, bem como outros que podem ser alavancas (as oportunidades) para alcançar os objetivos delineados para o futuro da PPSA.

A estratégia consensualizada para o território foi desenvolvida com base em diferentes compromissos e eixos estratégicos, de diferentes áreas-chave como a informação e comunicação, a educação ambiental e desenvolvimento sustentável, a valorização de estruturas de visita existentes, e a realização de estudos, ações de monitorização e investigação científica da área protegida. Os seus objetivos gerais e específicos são os seguintes:

24

Objetivos Gerais:

- Fomentar o sentimento de presença à PPSA, através da comunicação, promoção e divulgação da área protegida, alocando toda a população interveniente no território;
- Valorizar os pontos de atração na PPSA, com infraestruturas adequadas, melhorando assim as condições de visita;
- Apoiar as atividades humanas tradicionais, potenciando o seu desenvolvimento económico, em harmonia com a conservação da natureza. Valorizar todo o património através de estratégias para a participação em atividades de educação ambiental e temáticas sobre as variadas atividades da PPSA;
- Promover a investigação científica e o aumento do conhecimento dos ecossistemas, bem como a monitorização dos *habitats* naturais e das populações das espécies de fauna e flora, contribuindo para assegurar uma correta estratégia de conservação e gestão dos valores naturais da PPSA.

Objetivos Específicos:

- Desenvolver a comunicação da PPSA a nível local principalmente, mas também a nível nacional e internacional;
- Implementar iniciativas dentro e fora da PPSA, como workshops, temáticas e participação em eventos de promoção da mesma;
- Contabilizar o número de visitantes à PPSA, para melhorar a gestão da visita;
- Dinamizar atividades de voluntariado para maior envolvimento da comunidade;
- Ordenar e estimular atividades turísticas e recreativas, como forma de consciencializar a população para a preservação do território;
- Promover a investigação científica dos ecossistemas, bem como a sua monitorização, definindo estratégias corretas de gestão e conservação dos valores naturais da PPSA.

5. Auscultação de atores chave

5.1. Procedimento

Os atores chave no território afeto à PPSA foram identificados ao longo das reuniões da comissão de cogestão da PPSA, conforme lista em anexo.

Os atores chave foram organizados por área setorial: restauração, hotelaria, turismo, espaços de venda e grupos desportivos. Foram também auscultadas associações seniores, associações juvenis, associações ambientalistas, associações cinegéticas e por fim as comissões de melhoramentos representativas da região da PPSA e envolvente.

Assim, elaborou-se uma listagem de todas estas entidades, que constituem importantes parceiros para a avaliação e execução do Plano de Cogestão da PPSA.

Em reunião de comissão de cogestão decidiu-se desenvolver um inquérito aberto aos cidadãos com mais de 18 anos, residentes no concelho de abrangência da área protegida e/ou que conhecem a área protegida e/ou que exerçam a sua atividade no território.

Deste modo, entre dezembro de 2021 e fevereiro de 2022 foi enviado, por correio eletrónico a todos os atores chave, um inquérito de opinião sobre a PPSA (figura 7) e realizadas entrevistas com as entidades locais.

Este inquérito pretendeu auscultar a opinião da população relativamente à perceção do que é a PPSA e atividades desenvolvidas na mesma, recolher sugestões de melhoria e visões para o futuro. Assim, pretendeu-se reforçar uma cultura de partilha e de participação, de envolvimento e de proximidade com toda a comunidade que de alguma forma apresenta ligação ao território.

O inquérito (Figura 7) está dividido em duas partes:

1. Caracterização dos respondentes;
2. Caracterização da PPSA;

Pretendeu-se, assim, reforçar uma cultura de partilha e de participação, de envolvimento e de proximidade com quem está no território e pode fazer a diferença.

Levantamento Opinião sobre Paisagem Protegida da Serra do Açor

"A Paisagem Protegida da Serra do Açor, que abrange uma área de 383 ha, com uma altitude que varia entre os 400 e os 1016 metros, nas imediações de Pardieiros, freguesia de Benfeita, no concelho de Arganil, distrito de Coimbra, destacando-se pelo elevado valor paisagístico da vegetação natural da Mata da Margaraça e pela Fraga da Pena, um acidente geológico atravessado pela Barroca de Degraínhos, que forma um conjunto de quedas de água sucessivas, com uma altura de 19 metros." (ICNF)

PREENCHA O FORMULÁRIO

Figura 7 - Imagem Ilustrativa do Inquérito de Levantamento de Opinião sobre a PPSA

5.2. Resultado da Auscultação

Caracterização dos auscultados

Responderam ao inquérito 40 pessoas (atores locais). Em relação à faixa etária verificou-se que a maior representatividade ocorreu no grupo dos 19 aos 29, com 40%, seguida dos 40-49 anos de idade, os 30 e os 39, e dos 50 aos 59, todas com 15%. Por fim, as faixas etárias menos representativas foram as faixas dos 70 ou mais anos com 10% e dos 60 aos 69 anos com 5%.

A maioria dos inquiridos (70 %) é do género masculino, sendo os restantes (30%) do género feminino.

Idade
40 respostas

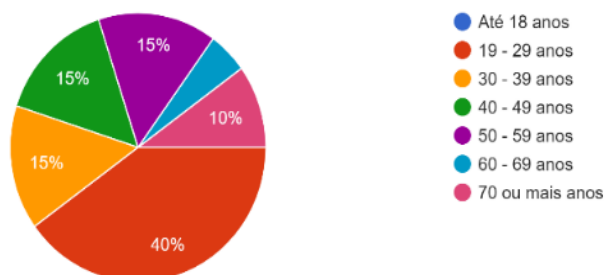
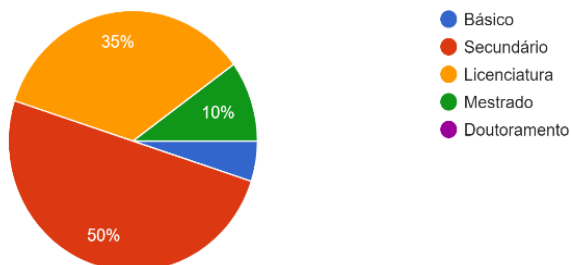


Gráfico 1 - Idade dos Inquiridos

Quanto às habilitações académicas dos inquiridos constata-se que 50% concluíram o nível secundário, 35% licenciatura, 10% mestrado e os restantes 5% ensino primário.

Habilitação académica
40 respostas



27

Gráfico 2 - Habilitação Académica dos Inquiridos

Quando questionados acerca da sua atividade profissional verifica-se uma grande diversidade, existindo inquiridos nos três setores produtivos. A maioria dos inquiridos desenvolve atividade no concelho de Arganil (50%), 10% na PPSA e 40% em outro concelho.

Local onde desenvolve atividade?
40 respostas

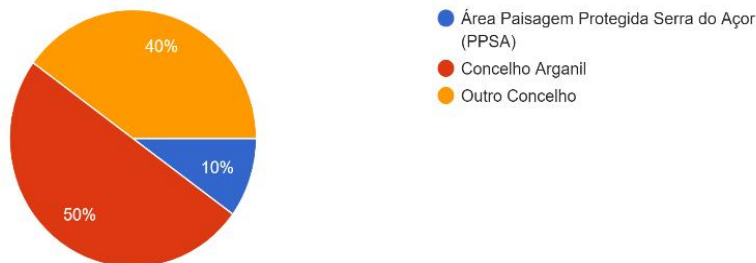


Gráfico 3 - Local onde os Inquiridos desenvolvem atividades

Quando questionados se a atividade desenvolvida apresenta relação direta com a PPSA, as respostas dividem-se, 53% respondeu que “Não” e 47% dos inquiridos responderam que “Sim”.

Principais ilações

Os inquiridos foram questionados relativamente a diversos aspetos relacionados com a PPSA, nomeadamente: “Sinalização de Caminhos” e “Estradas de Acesso”, “Sinalização de Caminhos Pedestres”, “Locais de Interesse”, “Informação nos Locais de Interesse”, “Divulgação a Nível Regional”, “Divulgação a Nível Nacional”, “Informação Online” e “Locais de Perigo”. Assim, os resultados mostram claramente que quanto a Sinalização de Estradas, Locais de Interesse e Divulgação ao Nível Regional é unânime a avaliação positiva, considerando como adequada esta informação.

Os pontos que geram maior discordância são a Divulgação a nível nacional e a Sinalização de locais de perigo existentes ao longo da PPSA. Quanto ao conhecimento de determinadas espécies com elevado valor natural, os inquiridos encontram-se divididos no que respeita à identificação de algumas, como o Selo-de-salomão, o Narciso e a Salamandra-de-cauda-comprida, que são as espécies de maior interesse de conservação nesta área protegida.

Na PPSA encontram-se aproximadamente 336 espécies de flora, 423 de invertebrados e 117 de vertebrados. Tem conhecimento de alguma das espécies mencionadas?

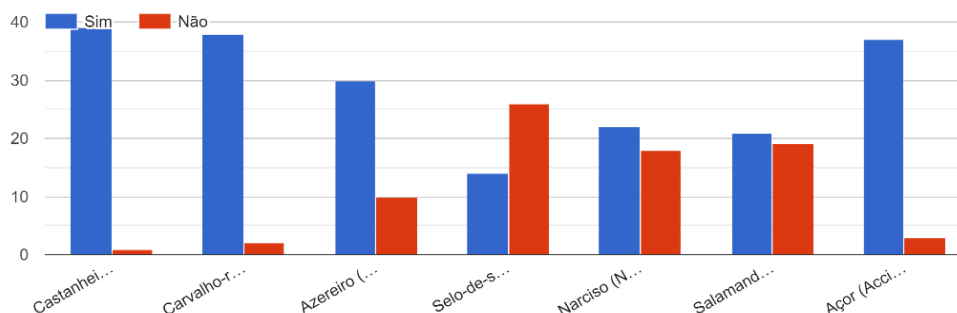


Gráfico 4 - Conhecimento de espécies de fauna e flora

No que concerne ao contributo de alguns aspetos associados à PPSA, a maioria dos inquiridos respondeu que relativamente à conservação dos valores naturais, à valorização do território, à dinamização do turismo e aos estudos científicos, a PPSA apresenta um elevado contributo, demonstrando apenas divisão de opiniões no que respeita à criação de riqueza.

Avalie o contributo da PPSA nos seguintes aspetos:

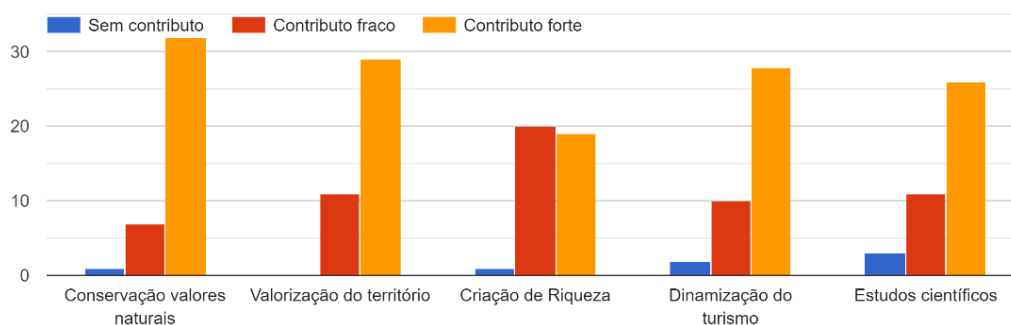


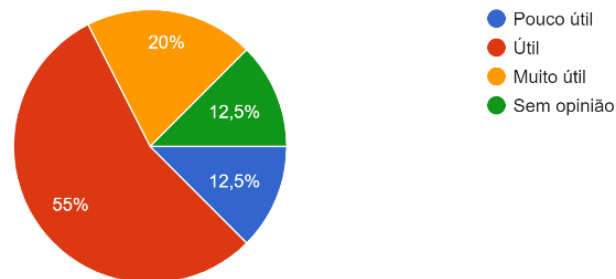
Gráfico 5 - Contributo de aspetos da PPSA

Os inquiridos apresentaram-se ainda disponíveis para colaborar no desenvolvimento de atividades na PPSA, como o controlo de invasoras e a manutenção da Mata da Margaraça. Acerca do Centro

de Interpretação da Serra do Açor, as respostas foram bastante unânimes, conforme se pode verificar no gráfico abaixo apresentado.

Na Mata da Margaraça existe o Centro Interpretativo da Serra do Açor. Qual a sua opinião acerca deste?

40 respostas



29

Gráfico 6 - Utilidade do Centro de Interpretação da Serra do Açor

Por fim, os inquiridos foram questionados acerca das suas atividades preferidas, revelando uma forte tendência para aquelas relacionadas com a área do Ambiente e Turismo de Natureza, como se pode ver no gráfico infra.

Qual a área das iniciativas ou atividades a desenvolver ?

36 respostas

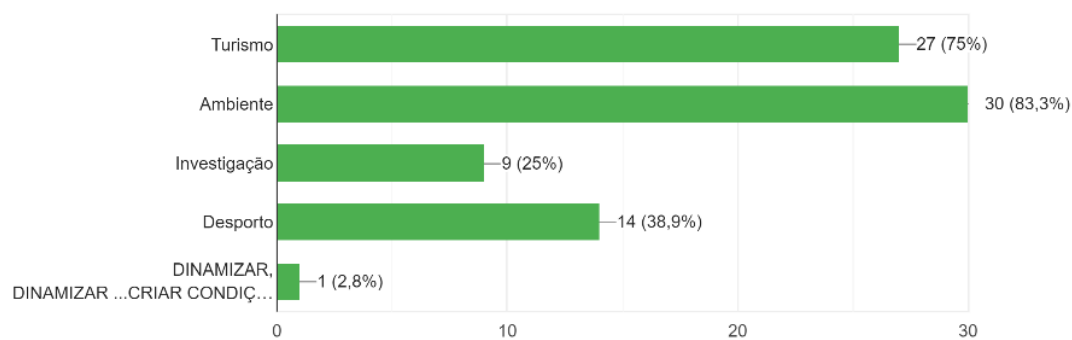


Gráfico 7 - Atividades pretendidas pelos Inquiridos

6. Programa de medidas e ações prioritárias

A programação das medidas e respetivas ações teve por base o diagnóstico prospetivo do território, bem como os objetivos e eixos estratégicos de atuação, definidos pela comissão de cogestão da PPSA.

Seguidamente, apresentam-se as medidas a implementar no âmbito da cogestão da área protegida, que, por sua vez, agrupam um conjunto de ações que respondem aos principais fatores críticos diagnosticados, às mudanças que se pretendem implementar, e que relevam para os Eixos Estratégicos propostos pela Comissão de Cogestão, bem como contribuem para dar resposta aos indicadores de realização obrigatórios legalmente.

30

A priorização das medidas e respetivas ações foi definida em sede de comissão de cogestão, por consenso de todas as entidades. As ações com priorização 1 são as de maior importância e urgência e as ações de priorização 3 são as de menor importância e urgência.

6.1. EIXO 1 – Informação e Comunicação

Existe um enorme potencial de visitação à PPSA, a alavancar com informação disponibilizada no site da Natural.pt e passível de ser transferida para dispositivos móveis. A necessidade de atualização e concentração da informação sobre a PPSA leva a que seja necessário criar uma dinâmica de partilha e contribuição para a promoção desta área protegida.

De acordo com os diplomas legais que regem a PPSA e com o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, a visitação na PPSA é condicionada a uma regulamentação que garanta níveis mínimos de perturbação do ambiente natural.

As visitas podem ser realizadas livremente ou com acesso a guias, esta última com necessidade de marcação antecipada. Todas elas visam a educação e o alerta para a importância da floresta autóctone e dos valores naturais da PPSA, valorizando o papel importante no conhecimento e compreensão da realidade em que vivemos e na construção de uma cidadania ativa, no desenvolvimento de uma consciência espacial do Mundo, a diferentes escalas, das inter-relações entre o espaço físico e o espaço humano.

Medida 1.1. – Sensibilização/Promoção da PPSA

Desenvolvimento de medidas de informação e sensibilização sobre os recursos naturais existentes e sobre boas práticas de usufruição do território, incluindo sinalética e guias interpretativos dos valores naturais; Interpretação e divulgação dos valores e recursos naturais.

Promoção da inovação tecnológica, económica e social nas práticas aplicadas à manutenção das atividades e produtos tradicionais; promoção da marca «Natural.pt».

Implementação de ações estratégicas que permitam a promoção da área protegida, dos seus valores e recursos junto dos diferentes públicos, efetivos e potenciais; implementação, manutenção e/ou substituição da sinalização de índole informativa e turística referente a esta PPSA.

Manutenção do sistema de contabilização de utilizadores.

Desenvolvimento e implementação de estratégias de divulgação e de sensibilização para os valores em presença e para a conservação da natureza junto de toda a população, residente e visitante, assim como dos vários agentes económicos que desenvolvem as suas atividades neste território como garantia de proteção e de valorização.

Medida 1.1.**Sensibilização/Promoção da PPSA****Ação Específica 1.1.1**

Desenvolver conteúdos de divulgação/informação

Ação Específica 1.1.2

Promover eventos de divulgação/formação sobre os valores naturais e a área protegida

Ação Específica 1.1.3

Desenvolver novos roteiros turísticos

Ação Específica 1.1.4

Monitorizar a utilização de espaços-chave na PPSA com sistemas de contabilização

31

Estimativa de orçamento de 23 000 €

Ação específica	Entidades envolvidas		Investimento		Calendarização	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa	Potencial Financiador		
1.1.1 - Desenvolver conteúdos de divulgação/informação	Município de Arganil ICNF, I. P.	ESAC UC	6 000 €	Fundo Ambiental Mais Centro	2023-2024	1
1.1.2 - Promover eventos de divulgação/formação sobre os valores naturais e a área protegida	ICNF, I. P.	ESAC UC	4 000 €	Fundo Ambiental	2023-2025	2
1.1.3 - Desenvolver novos roteiros turísticos	ICNF, I. P.	ESAC AE Arganil Município de Arganil	10 000 €	Fundo Ambiental Mais Centro	2024-2025	2
1.1.4 - Monitorizar a utilização de espaços-chave com sistemas de contabilização	ICNF, I. P.		3 000 €	Mais Centro	2024-2025	3

Medida 1.2. – Dinamização do Modelo de Cogestão

Apoio às ações de promoção com a gestão participativa das populações e atores chave, no âmbito modelo de cogestão da PPSA.

Desenvolvimento da marca Açor, permitindo a sua promoção e intervenção na sociedade.

Definição de um Plano de Comunicação.

Medida 1.2.

Dinamização do Modelo de Cogestão

Ação Específica 1.2.1

Elaborar um Plano de Comunicação

32

Estimativa de orçamento de 10 000 €

Ação específica	Entidades envolvidas		Investimento		Calendarização	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa	Potencial Financiador		
1.2.1 - Elaborar um Plano de Comunicação	ICNF, I. P. Município de Arganil	ONGAs CMA ESAC UC JFB APFCA AE Arganil FENCAÇA	10 000 €	Fundo Ambiental	2024-2025	2

6.2. EIXO 2 – Educação Ambiental e Desenvolvimento sustentável

A Educação Ambiental é uma aprendizagem multidisciplinar incorporada em todas as faixas etárias e formas de educação, incluindo no contexto escolar, laboral, económico e de consumo. A Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA) torna possível conjugar experiências, agregar prioridades e partilhar recursos, visando uma cidadania plena, com conhecimento e interveniente.

Medida 2.1. – Voluntariado na PPSA

Promoção do desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e profissionais da comunidade em geral, incentivando a participação em atividades de responsabilidade social, neste caso na PPSA.

Medida 2.1

Voluntariado na PPSA

Ação Específica 2.1.1

Realizar ações de voluntariado

Estimativa de orçamento de 10 000 €

Ação específica	Entidades envolvidas		Investimento		Calendarização	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa	Potencial Financiador		
2.1.1 - Realizar ações de voluntariado	ONGAs	ICNF CMA ESAC UC JFB APFCA AE Arganil FENÇAÇA	10 000 €	Fundo Ambiental	2023-2025	1

33

Medida 2.2. – Atividades de Educação Ambiental

Desenvolvimento de programas e atividades que promovam uma educação para a sustentabilidade ambiental.

Fomento do desenvolvimento de projetos e iniciativas na área da educação ambiental em articulação com parceiros como a Escola Secundária de Arganil, Escola Básica de Arganil (através do Clube de Ciência Viva) e as associações e instituições locais, assim como com as entidades representadas na Comissão de Cogestão da PPSA.

Medida 2.2**Atividades de Educação Ambiental****Ação Específica 2.2.1**

Colaborar nos programas escolares de Educação Ambiental

Ação Específica 2.2.2

Realizar workshops/seminários

Ação Específica 2.2.3

Realizar atividades comemorativas com âmbito educacional

Estimativa de orçamento de 15 000 €

Ação específica	Entidades envolvidas		Investimento		Calendarização	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa	Potencial Financiador		
2.2.1 – Colaborar nos programas escolares de Educação Ambiental	ICNF, I. P. Município de Arganil	ESAC UC JFB APFCA ONGAs AE Arganil	10 000 €	Município de Arganil Mais Centro	2023-2025	1

2.2.2 - Realizar workshops/seminários	ICNF, I. P.	CMA ESAC UC JFB APFCA ONGAs AE Arganil FENCAÇA	3 000 €	Município de Arganil Mais Centro	2023-2025	2
2.2.3 – Realizar atividades comemorativas com âmbito educacional	ICNF, I. P.	CMA ESAC UC JFB APFCA ONGAs AE Arganil	2 000 €	Fundo Ambiental	2023-2025	3

6.3. EIXO 3 – Valorização de Estruturas de Visitação Existentes

A PPSA dispõe de estruturas de apoio à visitação, nomeadamente: o Centro de Interpretação (Casa Grande), 5 percursos pedestres e ainda a Casa da Eira, o Forno de Refugio e o Moinho. Na área da Fraga da Pena, encontra-se um passadiço de acesso à cascata, onde são visíveis ainda antigas azenhas, moinhos, levadas de água, muros e escadarias de apoio à visitação.

Medida 3.1. – Promover a recuperação e manutenção da rede de equipamentos e estruturas de apoio ao turismo e lazer para melhoria das condições de visitação da PPSA

Recuperação e manutenção das estruturas existentes na PSSA, associadas ao turismo de natureza, que são essenciais para a dinamização e sustentabilidade da área protegida.

Medida 3.1.

Promover a recuperação e manutenção da rede de equipamentos e estruturas de apoio ao turismo e lazer para melhoria das condições de visitação da PPSA

Ação Específica 3.1.1

Recuperar estruturas de visitação existentes

- Casa Grande, Casa da Eira, Fornos e Moinhos

Ação Específica 3.1.2

Proceder à aquisição de equipamento para apoio à visitação

- Bancos, Mesas e Corrimões

Ação Específica 3.1.3

Proceder à aquisição de material interpretativo para infraestruturas

- Aquisição de mesas e painéis interpretativos

Ação Específica 3.1.4

Beneficiação do viveiro existente na Mata da Margaraça

- Recuperação da vedação e materiais existentes para ações de sensibilização

Estimativa de orçamento de 150 000 €

Ação específica	Entidades envolvidas		Investimento		Calendarização	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa	Potencial Financiador		
3.1.1 – Recuperar estruturas de visitação existentes	ICNF, I. P. Município de Arganil	-	105 000 €	Fundo Ambiental Mais Centro	2023	2
3.1.2 – Proceder à aquisição de equipamento para apoio à visitação	ICNF, I. P. Município de Arganil	-	15 000 €	Fundo Ambiental Mais Centro	2023	2
3.1.3 – Proceder à aquisição de material interpretativo para infraestruturas	ICNF, I. P. Município de Arganil	-	10 000 €	Fundo Ambiental Mais Centro	2023	1
3.1.4 – Beneficiar viveiro existente na Mata da Margaraça	ICNF, I. P.	UC ESAC	20 000 €	Fundo Ambiental Mais Centro	2024-2025	3

35

Medida 3.2. – Beneficiação de acessos e caminhos

Constituição e valorização de rotas e percursos pedestres, cicláveis e equestres.

Implementação de percursos interpretativos e manutenção dos espaços e estruturas de visitação existentes.

Medida 3.2**Beneficiação de acessos e caminhos****Ação Específica 3.2.1**

Instalar Estruturas de Sinalização e Interpretação

Ação Específica 3.2.2

Proceder à limpeza e manutenção de trilhos e percursos pedestres

Estimativa de orçamento de 15 000 €

Ação específica	Entidades envolvidas		Investimento		Calendarização	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa	Potencial Financiador		
3.2.1 – Instalar Estruturas de Sinalização e Interpretação	ICNF, I. P.	UC ESAC CMA	6 000 €	Mais Centro	2023	2
3.2.2 – Proceder à limpeza e manutenção de trilhos e percursos pedestres	ICNF, I. P.	APFCA	9 000 €	Mais Centro	2024-2025	1

36

6.4. EIXO 4 – Estudos, Ações de Monitorização e Investigação Científica

Na PPSA há que promover a investigação científica para o conhecimento dos ecossistemas presentes e fatores de ameaça, bem como a monitorização dos seus habitats e espécies, contribuindo desta forma para uma gestão adaptativa fortemente baseada no conhecimento técnico e científico.

Medida 4.1**Estudos, Monitorização e Investigação Científica**

Promoção da investigação científica para o conhecimento dos ecossistemas presentes e fatores de ameaça, bem como a monitorização dos seus habitats e espécies, contribuindo, desta forma, para uma gestão adaptativa fortemente baseada no conhecimento técnico e científico.

Medida 4.1**Beneficiação de acessos e caminhos****Ação Específica 4.1.1**

Estabelecer protocolos com as Universidades para desenvolvimento de estudos nas diferentes áreas como o ambiente, turismo e sociologia

Ação Específica 4.1.2

Implementar um programa de monitorização de espécies ameaçadas na PPSA

Estimativa de orçamento de 40 000 €

Ação	Entidades envolvidas		Investimento		Calendarização	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa	Potencial Financiador		
4.1.1 – Estabelecer protocolos com as Universidades para desenvolvimento de estudos nas diferentes áreas como o ambiente, turismo e sociologia	ESAC UC	ICNF, I. P.	20 000 €	Fundo Ambiental Mais Centro	2024 - 2025	3
4.1.2 – Implementar um programa de monitorização de espécies ameaçadas na PPSA	ESAC UC	APFCA ICNF, I. P.	20 000 €	Fundo Ambiental Mais Centro	2023 - 2024	2

37

Medida 4.2**Produção de Sistema de Informação sobre a PPSA**

Implementação de ações no âmbito do sistema de divulgação da PPSA, designadamente a compilação de informação, desenvolvimento de ferramentas de gestão, pesquisa e processamento de dados, para suporte à decisão, na área da gestão da biodiversidade, como ferramenta na promoção da sustentabilidade dos recursos.

Medida 4.2.**Sistema de Informação sobre a PPSA****Ação Específica 4.2.1**

Construir repositório digital de dados, publicações técnicas e/ou científicas

Ação Específica 4.2.2

Implementar Sistema de Informação sobre percursos, pontos de interesse e valores naturais da PPSA

Estimativa de orçamento de 40 000 €

Ação específica	Entidades envolvidas		Investimento		Calendarização	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa	Potencial Financiador		
4.2.1 – Construir repositório digital de dados, publicações técnicas e/ou científicas	ICNF, I. P.	ONGAs	20 000 €	Mais Centro	2024-2025	3
4.2.2 – Implementar Sistema de Informação sobre percursos, pontos de interesse e valores naturais da PPSA	ICNF, I. P.	CMA	20 000 €	Mais Centro	2024-2025	2

38

Orçamento Total

EIXO 1	33 000,00 €
EIXO 2	25 000,00 €
EIXO 3	165 000,00 €
EIXO 4	80 000,00 €
TOTAL	303 000,00 €

7. Instrumentos e Linhas de Financiamento

De acordo com o artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto:

- 1- Ao financiamento das medidas e das ações constantes no plano de cogestão aplicam-se os princípios da responsabilização, racionalidade, eficiência, transparência e proporcionalidade.
- 2- O financiamento deve, ainda, obedecer a princípios de sustentabilidade económica num horizonte de médio prazo.
- 3- O financiamento das medidas e ações constantes no plano de cogestão processa-se de acordo com metas objetivas a alcançar.
- 4- Sem prejuízo das verbas disponibilizadas, anualmente, pelo Fundo Ambiental, pelo Fundo Florestal Permanentes, pelo Fundo Azul ou por outros cuja missão seja compatível com as medidas e ações previstas no plano de cogestão, tais medidas e ações podem ser financiadas por:
 - a) Receitas próprias do ICNF, I. P.;
 - b) Receitas próprias das demais entidades representadas na comissão de cogestão;
 - c) Receitas obtidas no âmbito das medidas e das ações de valorização e divulgação referentes à área protegida;
 - d) Verba disponibilizada pelo município abrangido pela área protegida;
 - e) Receitas obtidas por via de mecenato ambiental;
 - f) Contribuições de fundos de direito privado, nacionais ou estrangeiros;
 - g) Planos de investimento que tenham por objetivo a valorização do património cultural e natural do país, designadamente o Programa Valorizar, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 9/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 208, de 28 de outubro, na sua redação atual;
 - h) Contribuições da União Europeia sujeitas a orientações fixadas pelas autoridades de gestão dos respetivos planos operacionais e aos regulamentos nacionais e da União Europeia, nomeadamente provenientes de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.
- 5- As candidaturas a financiamento nacional ou da União Europeia para a execução de medidas constantes no plano de cogestão devem beneficiar os coeficientes de majoração na sua avaliação.

A comissão de cogestão, com o apoio do conselho estratégico, procurará identificar os melhores instrumentos e linhas de financiamento de apoio à execução do plano de cogestão da área protegida.

8. Monitorização

O Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, prevê a definição de um conjunto mínimo obrigatório de indicadores de realização comuns para as áreas protegidas, indicadores estes que devem ser integrados nos planos de cogestão, embora cada comissão de cogestão deva adotar medidas específicas para cada território. Tendo por base a Portaria n.º 67/2021, de 17 de março, foram considerados os indicadores mínimos para as diferentes áreas protegidas, alinhados com os projetos e ações preferenciais elencados no n.º 3 do artigo 12º do referido decreto-lei.

Para avaliar os resultados verificados para cada um dos eixos, foi identificada a situação de referência para cada indicador, e estabelecidas as metas a alcançar com este plano.

40

Tabela 6 - Indicadores de Realização

Indicadores de Realização		Temática	Unidades existentes	Meta	Unidades a realizar	Unidade
11	Porta de entrada	Porta(s) de entrada da AP, dotada(s) em permanência de meios de informação e sensibilização sobre valores naturais presentes.	1	Melhorar 1		N.º
22	Infraestruturas de lazer e visitação	Infraestruturas de lazer e visitação em bom estado de conservação (miradouros, parques de merenda, observatórios, passadiços, entre outras).	3	Recuperar 3		N.º
33	Materiais de divulgação	Materiais de divulgação da AP (mapa, vídeo, folhetos/brochuras, merchandising, sítio de Internet, aplicação informática, entre outras).	1000	5000	+4000	N.º
44	Rotas e percursos interpretativos	Rotas e/ou percursos interpretativos operacionais na AP (pedestres, clicáveis, equestres, entre outras).	3	4	+1	N.º
55	Sinalização	Estruturas de sinalização da AP em bom estado de conservação (pórticos de entrada, placas informativas, mesas interpretativas, locais de interesse, entre outras).	10	50	+40	N.º
66	Visitação	Visitantes contabilizados nas infraestruturas de apoio da AP, nacionais e estrangeiros.	4000/ano	6000/ano	+2000	N.º
7		Visitantes da AP através de Empresas de Turismo de Natureza.	300/ano	500/ano	+200	N.º
88		Reclamações resolvidas (n.º reclamações resolvidas / n.º total de reclamações recebidas).	0	90%		%
99	Natural.pt	Novos aderentes à marca Natural.pt.	0	2	+2	N.º
110		Tipologias de novos produtos e serviços aderentes à marca Natural.pt.	0	2	+2	N.º
111		Novas atividades e/ou produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais presentes na AP.	0	2	+2	N.º

11 2		Ações de promoção e divulgação das atividades económicas desenvolvidas compatíveis com os valores naturais presentes na AP.	2/ano	5/ano	+15	N.º
11 3	Inovação	Projetos de inovação (ambiental, tecnológica, económica e social) aplicados a valores naturais ou a práticas e produtos tradicionais desenvolvidos na AP.	0	1	+1	N.º
11 4	Educação e sensibilização ambiental	Projetos educativos e académicos, focados nos valores naturais e culturais presentes na AP.	0	2	+2	N.º
11 5		Participantes em ações (informação, formação e sensibilização) sobre valores naturais presentes na AP e boas práticas para usufruto do território.	30/ano	100/ano	+300	N.º
11 6	Participação pública no processo de cogestão	Iniciativas de participação pública no âmbito da cogestão da AP (sessões de consulta e discussão pública, palestras, workshops, ações de voluntariado e networking).	0	5	+5	N.º
11 7		Participações efetivas em consultas públicas no âmbito da cogestão da AP.		A definir		N.º
11 8	Avaliação do processo de cogestão	Entidades envolvidas nos projetos colaborativos na AP (incluindo promotores, empresas, centros de investigação, instituições de ensino e formação, ONGA e municípios).	3	7	+4	N.º
11 9		Envolvimento das entidades parceiras na cogestão da AP (n.º de iniciativas de participação pública em que cada entidade parceira participou/ n.º total de iniciativas de participação pública)		A definir		%
22 0		Financiamento do plano de cogestão da AP (financiamento existente/financiamento necessário).	150.000€	303.000€		%
22 1		Execução de projetos e ações previstos no plano de cogestão da AP-execução física e financeira.		100		%

9. Consulta pública

A Consulta Pública da proposta do Plano de Cogestão da PPSA decorreu durante 20 dias úteis, entre o dia 3 e o dia 30 de janeiro de 2023. O documento foi disponibilizado no website do Município de Arganil, do ICNF, I. P., e nos locais definidos pelos restantes membros da comissão de cogestão, onde pôde ser consultada durante o horário de expediente das respetivas instituições.

Esta Consulta Pública esteve aberta a todos os cidadãos (com idade superior a 18 anos), residentes e/ou que exerçam alguma atividade na área de influência da PPSA ou que conheçam esta área protegida.

Foi ainda promovida uma sessão de apresentação pública da proposta de Plano de Cogestão da PPSA para 2023-2025, no dia 6 de janeiro de 2023, em Arganil, conduzida pelo Presidente da Câmara de Arganil, Luís Paulo Costa e pela Diretora Regional da Conservação da Natureza e das Florestas do Centro, do ICNF, I. P., Fátima Reis.

Durante a sessão foram apresentados os principais eixos estratégicos e as medidas e ações prioritárias a implementar para a valorização e promoção do território que abrange a PPSA, para a sensibilização e capacitação dos atores locais e para melhorar a comunicação com os interlocutores e utilizadores desta área protegida, através de uma gestão de proximidade, e participada.

Aos participantes da sessão informou-se que todos os contributos seriam analisados pela Comissão de Cogestão, e que deveriam ser enviados para: cogestao.ppsa@cm-arganil.pt.

Terminado o período de Consulta Pública referente a este documento foram recebidas duas participações a título coletivo, tendo sido devidamente ponderadas, conforme Relatório de Ponderação da Consulta Pública, disponível em:

<https://www.icnf.pt/cogestao/cgpaisagemprotegidadaserradoacor>

Das duas participações rececionadas constavam várias observações, sendo que 3 foram aceites, 1 não aceite, 1 fora de âmbito e 1 parcialmente aceite.

10. Publicitação e divulgação

Onde será publicitada a informação relevante no âmbito da cogestão da área protegida?

A informação e a comunicação das intervenções e atividades realizadas no âmbito da Cogestão, serão divulgadas nos sites oficiais da Câmara Municipal de Arganil e do ICNF, I. P., assim como dos respetivos parceiros. A informação relevante para a visita à área protegida constará no site do ICNF, I. P., e no site da marca Natural.pt.

A promoção e divulgação das atividades a realizar no âmbito da cogestão da PPSA constarão nos respetivos sites oficiais, Agenda Municipal da Câmara Municipal de Arganil e nas redes sociais Facebook e Instagram da Câmara Municipal de Arganil e do ICNF, I.P.

Como será feita a divulgação da informação relevante no âmbito da cogestão da área protegida?

Todas as ações de informação e comunicação realizadas pela comissão de cogestão serão promovidas através da Câmara Municipal de Arganil e o ICNF, I.P.

Anexo I - Descrição Ações Específicas (Fichas da ação)

Ação 1.1.1. - Desenvolver conteúdos de divulgação/informação		
Descrição		
Compilar e desenvolver informação referente à PPSA		
Objetivo		
Desenvolver novos conteúdos sobre a PPSA		
Entidades envolvidas		
Entidade responsável (coordenadora)	CMA, ICNF	
Entidades parceiras	ESAC, UC	
Investimento total estimado		
6000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
Fundo Ambiental		
Cronograma financeiro		
2023	2024	2025
	3 000 €	3 000 €
Metas		
Atualização de flyers e panfletos existentes. Atualizar informação da PPSA de pelo menos 4 folhetos. Aumentar o número de entidades envolvidas na elaboração de informação. Existir pelo menos 4 entidades envolvidas na elaboração da informação.		
Indicadores de Realização (Outputs)		
Nº de novos folhetos informativos Nº de entidades envolvidas na elaboração de informação		

Ação 1.1.2. - Promover eventos de divulgação/formação sobre os valores naturais e a área protegida

Descrição

Promoção de eventos e divulgação à comunidade local através da marca Natural.pt, de redes sociais e cartazes publicitários.

Objetivo

Obter um maior número de entidades envolvidas nas atividades da comissão de cogestão da PPSA

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)	ICNF
Entidades parceiras	ESAC, UC

Investimento total estimado

4000 €

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Ambiental

Cronograma financeiro

2023	2024	2025
1 000 €	1 500 €	1 500 €

Metas

Aumentar o número de visitantes e entidades envolvidas com a PPSA, pela criação de novos métodos de publicitação e métodos mais próximos das comunidades.

Atualização e promoção da marca Natural.pt;

Criação de um instagram dedicado à PPSA;

Promoção da PPSA com cartazes e folhetos junto das populações (1 cartaz por ano na vila de Arganil).

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de novos aderentes à marca Natural.pt

Nº de cartazes publicitários referentes à PPSA colocados

Criação de uma nova rede social para divulgação de atividades e informação sobre a PPSA.

Nº de Ações de promoção e divulgação das atividades económicas desenvolvidas compatíveis com os valores naturais da AP.

Ação 1.1.3. - Desenvolver novos roteiros turísticos**Descrição**

Atualmente os grupos de visitantes organizados que visitam a PPSA, são coordenados por uma entidade turística. A criação de parcerias com novas entidades turísticas, em que as suas rotas tenham como destino os pontos de interesse desta Área Protegida e assim, dinamizá-la.

Objetivo

Criar parcerias com entidades ligadas ao turismo para aumentar o número de visitantes.

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)

ICNF

Entidades parceiras

JFB, CMA, ESAC, AE Arganil

Investimento total estimado

10 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Ambiental; Mais Centro

Cronograma financeiro

2023	2024	2025
-	5 000 €	5 000 €

Metas

Aumento do número de visitantes em 20%

- Criação de novos roteiros, novas parcerias e criação de 2 portas de entrada na AP

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de visitantes contabilizados através de empresas de turismo

Nº de visitantes contabilizados nas infraestruturas de apoio da AP

Nº de novas parcerias realizadas com entidades ligadas ao turismo

Nº de novas portas de entrada em roteiros da AP

Ação 1.1.4. – Monitorização da utilização de espaços-chave na PPSA com sistemas de contabilização

Descrição

Atualmente existem na PPSA sistemas de contabilização já instalados, no entanto, é necessário contabilizar visitantes em outros espaços-chave como a aldeia de Pardieiros e caminhos pedestres existentes ao longo da PPSA

Objetivo

Captar a utilização de novos espaços pelos visitantes e dispersar os utilizadores de espaços com muita pressão.

Entidades envolvidas

Entidade responsável
(coordenadora)

ICNF

Entidades parceiras

APFCA

Investimento total estimado

3 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Mais Centro

Cronograma financeiro

2023	2024	2025
	1 500 €	1 500 €

Metas

Capacitar a contabilização de indivíduos em novos espaços com potencial para visitação.

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de novos contadores instalados

Ação 1.2.1 - Elaborar um Plano de Comunicação**Descrição**

A Elaboração do Plano de Comunicação baseia-se na necessidade de existirem normas e linhas orientadoras a seguir para todo o tipo de informação que se pretenda divulgar. Serão divulgadas as atividades em redes sociais, *sites* dos membros da comissão de cogestão e pontos de interesse.

Objetivo

Elaborar um Plano de Comunicação

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)

ICNF

Entidades parceiras

ONGAs, CMA, ESAC, UC, JFB, APFCA, AE Arganil, FENÇAÇA

Investimento total estimado

10 000€

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Ambiental

Cronograma financeiro

2023	2024	2025
-	5000 €	5000 €

Metas

Plano de Comunicação finalizado em 2024

Definição de iniciativas no âmbito da cogestão da AP

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de iniciativas de participação pública no âmbito da cogestão da AP

Ação 2.1.1 - Realizar ações de voluntariado**Descrição**

Implementar diversas atividades alocadas à população em geral, como por exemplo:

- Controlo de espécies exóticas e invasoras
- Recolha de lixo pela PPSA
- Auxílio à população da PPSA na manutenção do exterior das suas residências

Objetivo

Desenvolver competências pessoais, interpessoais e profissionais da comunidade em geral

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)	ONGAs
Entidades parceiras	ICNF, CMA, ESAC, UC, JFB, APFCA, AE Arganil, FENCAÇA

Investimento total estimado

10 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Ambiental

Cronograma financeiro

2023	2024	2025
2 500 €	3 750 €	3 750 €

Metas

Aumentar número de atividades de Educação Ambiental realizadas.

Realizar no mínimo 2 atividades de Educação Ambiental por ano.

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº Ações voluntariado realizadas na PPSA

Nº Participantes em ações sobre valores naturais ou práticas desenvolvidas na PPSA

Nº Entidades envolvidas nos projetos colaborativos da PPSA

Ação 2.2.1 - Colaborar nos programas escolares de Educação Ambiental**Descrição**

Realização de atividades com os alunos de escolas do concelho e concelhos limítrofes como por exemplo:

- O ICNF vais à escola
- Instalação de caixas-ninho na PPSA
- Instalação de câmaras na PPSA
- Observação de Pegadas
- Os Exploradores

Objetivo

Realização de um calendário de atividades de Educação Ambiental com as escolas do concelho de Arganil

Novas cooperações com escolas dos concelhos limítrofes

Entidades envolvidas

Entidade responsável
(coordenadora)

ICNF, CMA

Entidades parceiras

ESAC, UC, JFB, APFCA, ONGAs, AE Arganil

Investimento total estimado

10 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Câmara Municipal de Arganil

Cronograma financeiro

2023	2024	2025
2 000 €	4 000 €	4 000 €

Metas

Aumentar o número de atividades de Educação Ambiental realizadas com as diversas escolas

Realizar 2 atividades por ano na PPSA

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de atividades realizadas

Nº de alunos envolvidos nas atividades

Ação 2.2.2. – Realizar workshops/seminários**Descrição**

Realização de workshops e seminários como por exemplo:

- A Fauna da PPSA
- A Flora da PPSA
- Estudos realizados na PPSA
- Identificação de cogumelos

Objetivo

Envolver a comunidade com a PPSA através de conteúdo informativo e de cariz educacional

Entidades envolvidas

Entidade responsável
(coordenadora)

ICNF

Entidades parceiras

CMA, ESAC, UC, JFB, APFCA, ONGAs, AE Arganil, FENÇAÇA

Investimento total estimado

3 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Câmara Municipal de Arganil

Cronograma financeiro

2023	2024	2025
1 000 €	1 000 €	1 000 €

Metas

Aumentar o número de workshops/seminários desenvolvidos (realização no mínimo de 2 atividades por ano)
Cativar a população a participar em atividades com cariz educacional.

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de workshops desenvolvidos por ano

Nº de participantes em workshops

Ação 2.2.3. - Realizar atividades comemorativas com âmbito educacional**Descrição**

Realização de atividades comemorativas com âmbito educacional:

- Aniversário da PPSA (3 de março)
- Dia da Floresta Autóctone (23 de novembro)

Objetivo

Assinalar datas com importância para a Área Protegida

Entidades envolvidas

Entidade responsável
(coordenadora)

ICNF

Entidades parceiras

CMA, ESAC, UC, JFB, APFCA, ONGAs, AE Arganil

Investimento total estimado

2 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Ambiental

Cronograma financeiro

2023	2024	2025
500 €	750 €	750 €

Metas

Continuar a assinalar as datas com importância para a Área Protegida

Indicadores de Realização (Outputs)

Comemorar o Aniversário da PPSA (3 de março)
Comemorar o Dia da Floresta Autóctone (23 de novembro)

Ação 3.1.1. - Recuperar estruturas de visitação existentes**Descrição**

Obras de recuperação de diversas estruturas de visitação existentes na PPSA

- Casa Grande (Remodelação do edifício)
- Casa da Eira (Recuperação do telhado)
- Fornos e Moinhos (Reconstrução das diferentes estruturas para auxílio à visitação)

Objetivo

Recuperar infraestruturas que apresentam alguma degradação

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)	CMA, ICNF
Entidades parceiras	-

Investimento total estimado

105 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Ambiental

Cronograma financeiro

2023	2024	2025
105 000 €	-	-

Metas

Melhorar o estado de conservação de pelo menos 2 infraestruturas

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de infraestruturas intervencionadas

Nº Infraestruturas de lazer e visitação em bom estado de conservação.

Ação 3.1.2 – Proceder à aquisição de equipamento para apoio à visita**Descrição**

Aquisição de novo equipamento de apoio à visita existentes na PPSA

- Aquisição de bancos em madeira para a PPSA
- Aquisição de corrimões em madeira para a PPSA
- Aquisição de mesas para a PPSA

Objetivo

Recuperar infraestruturas que apresentam alguma degradação

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)	CMA, ICNF
Entidades parceiras	-

Investimento total estimado

15 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Ambiental

Cronograma financeiro

2023	2024	2025
15 000 €	-	-

Metas

Aumento do número de estruturas de apoio à visita

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de novas estruturas adquiridas

Ação 3.1.3. - Proceder à aquisição de material interpretativo para infraestruturas**Descrição**

Aquisição de material interpretativo (mesas e painéis) para a Casa Grande (Centro Interpretação Serra do Açor), proporcionando uma melhor e mais apelativa experiência aos visitantes.

Objetivo

Melhorar a experiência de visita aos turistas no Centro de Interpretação da Serra do Açor

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)	ICNF
Entidades parceiras	CMA

Investimento total estimado

10 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Ambiental

Cronograma financeiro

2023	2024	2025
10 000 €	-	-

Metas

Aquisição de 1 mesa interativa

Aquisição de mesas para realização de trabalhos manuais.

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de novas estruturas instaladas

Ação 3.1.4. - Beneficiar viveiro existente na Mata da Margaraça**Descrição**

O viveiro existente na Mata da Margaraça, é utilizado como apoio para albergar algumas plantas até à plantação. Este viveiro tem potencial para com algumas intervenções, nomeadamente aquisição de material, poder proporcionar aos visitantes pequenas experiências com algumas atividades, nomeadamente no que respeita ao processo de produção de plantas.

Objetivo

Criar condições para serem desenvolvidas atividades de cariz educacional no viveiro.

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)	ICNF
Entidades parceiras	ESAC, UC

Investimento total estimado

20 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Ambiental

Cronograma financeiro

2023	2024	2025
-	10 000 €	10 000 €

Metas

Remodelação do Viveiro

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de novos materiais adquiridos para o viveiro

Ação 3.2.1. – Instalar Estruturas de Sinalização e Interpretação**Descrição**

Instalação de Estruturas de Sinalização e Interpretação na PPSA, como novos painéis informativos ao longo de caminhos e percursos, reforço da sinalética nos trilhos, placas informativas com mais informação, nomeadamente locais onde existem WC, restauração e mais informação pertinente.

Objetivo

Melhorar a informação e sinalização existente na PPSA

Entidades envolvidas

Entidade responsável
(coordenadora)

ICNF

Entidades parceiras

ESAC, UC, CMA

Investimento total estimado

6 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Ambiental

Cronograma financeiro

2023	2024	2025
6 000 €	-	-

Metas

Instalação de 2 novos painéis informativos e 15 novas placas de sinalização

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de novas estruturas de sinalização e informação instaladas.

Ação 3.2.2. – Proceder à limpeza e manutenção de trilhos e percursos pedestres**Descrição**

A limpeza e manutenção de trilhos e percursos pedestres para realização de atividades na PPSA

Objetivo

Manter trilhos e percursos pedestres em boas condições para a realização de atividades na PPSA

Entidades envolvidas

**Entidade responsável
(coordenadora)**

ICNF

Entidades parceiras

APFCA

Investimento total estimado

9 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Mais Centro

Cronograma financeiro

2023	2024	2025
-	5 000 €	4 000 €

Metas

Limpeza de 4 percursos pedestres e trilhos anualmente

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de percursos pedestres e trilhos limpos por ano

Ação 4.1.1. - Estabelecer protocolos com as Universidades para desenvolvimento de estudos nas diferentes áreas como o ambiente, turismo e sociologia

Descrição

O desenvolvimento de estudos entre estabelecimentos de ensino com a área protegida tem sido recorrente, no entanto, muito por vontade própria de alunos e docentes. A existência de um enorme potencial para a criação de mais objetos de novos estudos evidência uma necessidade de reforçar os apoios aos mesmos.

Objetivo

Criação de protocolos com Universidades e Politécnicos

Entidades envolvidas

Entidade responsável
(coordenadora)

ICNF

Entidades parceiras

ESAC, UC

Investimento total estimado

20 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Ambiental; Mais Centro

Cronograma financeiro

2023	2024	2025
-	10 000 €	10 000 €

Metas

Criação de novas parcerias entre entidades gestoras e estabelecimentos de ensinos.

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de projetos de inovação aplicados a valores naturais ou a práticas e produtos tradicionais desenvolvidos na AP

Nº de projetos educativos e académicos, focados nos valores naturais e culturais presentes na AP

Ação 4.1.2. - Implementar um programa de monitorização de espécies e habitats ameaçadas na PPSA

Descrição

A perda de espécies e habitats é um problema com cada vez maior expressão. A necessidade de monitorizar espécies e habitats, por forma a poder realizar intervenções necessárias, resulta de um programa de monitorização que é importantíssimo para a preservação das mesmas, sendo para tal é necessário fomentar a colaboração da população.

Objetivo

Monitorizar espécies e habitats ameaçados na PPSA

Entidades envolvidas

Entidade responsável
(coordenadora)

ICNF

Entidades parceiras

ESAC, UC, APFCA

Investimento total estimado

20 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Ambiental; Mais Centro

Cronograma financeiro

2023	2024	2025
-	10 000 €	10 000 €

Metas

Identificar espécies alvo, para um programa de monitorização

Realizar um programa de monitorização para as espécies identificadas.

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de projetos educativos e académicos, focados nos valores naturais e culturais presentes na área protegida

Elaboração de um programa de monitorização

Ação 4.2.1. - Construir repositório digital de dados, publicações técnicas e/ou científicas**Descrição**

Desenvolvimento de um repositório alocado à Natural.pt com acesso restrito de dados e publicações que possa ser partilhado e consultado.

Objetivo

Existência de base de dados para consulta

Entidades envolvidas

Entidade responsável
(coordenadora)

ICNF

Entidades parceiras

CMA

Investimento total estimado

20 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Mais Centro

Cronograma financeiro

2023	2024	2025
-	10 000 €	10 000 €

Metas

Criação de uma plataforma *online* para base de dados

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de plataformas de base de dados criadas

Ação 4.2.2. - Sistema de Informação sobre percursos, pontos de interesse e valores naturais da PPSA

Descrição

A existência de informação sobre percursos, pontos de interesse e valores naturais existentes na PPSA, está definida no *site* da Natural.pt, no entanto, esta informação não está em permanente atualização.

Pretende-se assim, o apoio a um técnico especializado, exclusivamente para a atualização e desenvolvimento de informação no *site* da Natural.pt ou outro a definir.

Objetivo

Desenvolver o sistema de informação

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)	ICNF
Entidades parceiras	CMA

Investimento total estimado

20 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Mais Centro

Cronograma financeiro

2023	2024	2025
-	10 000 €	10 000 €

Metas

Valorização dos produtos endógenos da PPSA. Informação atualizada nos sistemas de informação *online*

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de novas atividades e/ou produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais presentes na AP

Nº de novas publicações existentes no sistema de informação.

Anexo II - Lista de stakeholders

Lista de stakeholders

Paisagem Protegida Serra do Açor

62

Associações

Associações de esco/uteiros:

- Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 874 Arganil
- Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 696 Coja

Associações ambientais e de investigação científica

- Associação Benfeita para Objetivos Regenerativos (ArBOR)
- Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Arganil
- Associação dos Amigos da Serra do Açor

Associações Juvenis

- Associação Juvenil CUME

Associações Seniores

- Casa do Povo de Cerdeira e Moura da Serra
- Centro Social Paroquial da Benfeita

Comissões Melhoramentos

- Liga Melhoramentos Freguesia Benfeita
- Comissão Melhoramentos Pai das Donas
- Comissão Melhoramentos Pardieiros
- Comissão Melhoramentos de Sardal
- Comissão Melhoramentos do Enxudro
- Comissão Melhoramentos Luadas

- Comissão Melhoramentos Monte Frio
- Comissão Melhoramentos Parrozelos
- Comissão Melhoramentos Relva Velha
- Comissão Melhoramentos Valado
- Liga Melhoramentos Casarias
- Comissão Melhoramentos Mourísia
- Comissão Melhoramentos Moura da Serra

Empresas

Grupos desportivos

- Grupo Caça e Pesca do Concelho de Arganil
- BTT Serra do Açor
- Clube Benfeita

Turismo

- Trans Serrano
- Cumes do Açor, Turismo, Lazer e Aventura, Lda

Hotelaria

- Casa do Rosmaninho – Pardieiros
- Casa da Moenda – Benfeita
- Casa da Alta – Pardieiros
- INATEL – Piodão
- Alojamento Local – Pardieiros
- Casa do Vale – Pardieiros
- Hotel de Arganil
- 12 Meses Naturalmente
- Quinta da Palmeira
- Casa da Fonte de Santo António

Restauração

- Terra Bela - Monte Frio
- Arlindo Gonçalves Dias – Luadas
- A Boutique da Tuxa – Côja
- Pérola de Côja – Côja
- D’aqui e D’acolá – Côja
- Restaurante Príncipe do Alva – Côja
- Restaurante Lagar do Alva – Côja
- Prensa da Ribeira – Côja
- Steak-House – Côja
- Quinta do Urtigal – Barril do Alva

64

Espaços de venda

- Jorge dos Santos Costa – Benfeita (Colheres)
- José Gonçalves Pinheiro – Benfeita (Colheres)
- Paulo Pinheiro - Moura da Serra (Xisto)
- António Fontinha – Piodão (Xisto)